

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ARIELA LOREN SCHWEITZER**

**LUCRO PRESUMIDO X LUCRO REAL: EM UMA**  
**EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA**

**Florianópolis, 2007**

ARIELA LOREN SCHWEITZER

**LUCRO PRESUMIDO X LUCRO REAL: EM UMA  
EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA**

Monografia apresentada à Universidade  
Federal de Santa Catarina como um dos pré -  
requisitos para a obtenção do grau de bacharel  
em Ciências Contábeis.

Orientador:

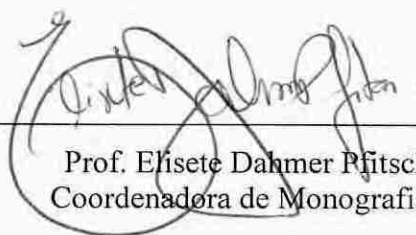
Professor Msc. Alexandre Zoldan da Veiga.

**Florianópolis, 2007**

ARIELA LOREN SCHWEITZER

## **LUCRO PRESUMIDO X LUCRO REAL: EM UMA EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA**

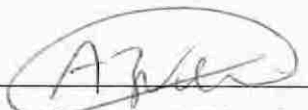
Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) de 8,0, atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo mencionados.



---


Prof. Elisete Dahmer Pfitscher, Dra.  
Coordenadora de Monografia – UFSC

Professores que compuseram a banca:



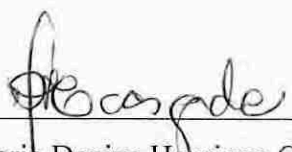
---

Prof. Orientador Alexandre Zoldan da Veiga, Msc.  
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC



---

Professor Darci Schnorrenberger, Dr.  
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC



---

Professora Maria Denize Henrique Casagrande, Dra.  
Departamento de Ciências Contábeis- UFSC

Dedico este trabalho a Deus, aos meus pais,  
pelo apoio, carinho e compreensão e ao meu  
marido, que sempre esteve do meu lado me  
dando forças.



## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, que me deu o dom da vida e com ela saúde para poder vencer os obstáculos.

Agradeço aos meu pais, Alceu Schweitzer e Lorene de Souza Schweitzer e às minhas irmãs Keitiane Elisa Schweitzer e Maria Julia Schweitzer, pelo apoio, carinho e compreensão nos meus momentos de crise.

Ao meu marido Renato Barbosa, pessoa muito importante na minha vida, que esteve sempre ao meu lado, dando-me forças para não desistir.

Meus agradecimentos ao meu orientador, professor Alexandre Zoldan da Veiga, pela confiança e a ajuda que concedeu-me, durante toda a elaboração deste trabalho.

Aos meus colegas de turma, que são pessoas que melhor entendem este momento em minha vida, e ao final desta caminhada de quatro anos, tornaram-se pessoas que me lembrarei para sempre.

Agradeço também a todos que de alguma forma torceram por mim, e que mesmo longe sempre transmitiram pensamentos positivos.

"As companhias prestam muita atenção  
ao custo de fazer alguma coisa. Deviam  
preocupar-se mais com os custos de não fazer  
nada."

(Philip Kotler)

## RESUMO

SCHWEITZER, Ariela Loren. Título: **Lucro presumido x lucro real: em uma empreiteira de mão-de-obra**. 2007, 61f. Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Orientador: Professor Msc. Alexandre Zoldan da Veiga

Nosso país possui uma das maiores cargas tributárias do mundo, que onera pesadamente os produtos e serviços das empresas, fazendo com que estas tenham dificuldades de se manterem no mercado cada vez mais competitivo. E para que as organizações se tornem mais competitivas e possam crescer dentro deste novo cenário mundial de mercados, é de suma importância o papel da contabilidade, que pode atuar como um instrumento de economia tributária, através de um planejamento tributário. Esta nova ferramenta utilizada pelo profissional contábil, busca por meio de formas lícitas a redução de custos, principalmente os gastos com tributos. Surgindo assim a figura do Contador que terá papel fundamental, pois ele que buscará através de análises à legislação, lacunas que possam reduzir os custos tributários. Por isso, deve este profissional estar sempre atualizado. Para se demonstrar a aplicação de um eficaz planejamento tributário, foram usados dados fornecidos pela contabilidade de uma empresa do ramo de construção civil, mas especificamente uma empreiteira de mão-de-obra, que fornece somente os colaboradores sem a utilização de materiais às grandes construtoras do ramo. E para se ter um bom planejamento tributário é preciso que as empresas façam previsões a cada período das receitas a serem auferidas e das despesas incorridas e com isso poder-se adotar o regime mais condizente com a realidade atual da empresa. Assim, através de comparações constatou-se qual o melhor regime de tributação a ser adotado, lucro real ou lucro presumido, para que a empresa tenha redução em seus gastos com tributos. Porém, devem as organizações a cada início de ano, escolher o regime de tributação mais adequado a sua situação atual.

**Palavras-chaves:** Formas de Tributação; Planejamento; Tributos.

## LISTA DE SIGLAS

ADN	Ato Declaratório Normativo
Aemflo	Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis
Art.	Artigo
BACEN	Banco Central do Brasil
CF	Constituição Federal
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CTN	Código Tributário Nacional
DARF	Documento de Arrecadação de Receitas Federais
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
EC	Emenda Constitucional
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBPT	Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação
IN	Instrução Normativa
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IR	Imposto de Renda
IRPJ	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas
ISS	Imposto sobre Serviços
LC	Lei Complementar
MP	Medida Provisória
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RIR	Regulamento do Imposto de Renda
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia

Sinduscom	Sindicato da Indústria da Construção Civil
SIMPLES	Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
STF	Supremo Tribunal Federal

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Balanços Patrimoniais – Mão-de-Obra Ltda .....	40
Quadro 2 – Demonstrações dos Resultados dos Exercícios – Mão-de-Obra Ltda.....	41
Quadro 3 – Apuração da CSLL 2005 – Lucro Presumido – Mão-de-Obra Ltda .....	43
Quadro 4 – Apuração da CSLL 2006 – Lucro Presumido – Mão-de-Obra Ltda .....	43
Quadro 5 – Apuração da CSLL 2007 – Lucro Presumido – Mão-de-Obra Ltda .....	43
Quadro 6 – Apuração do IRPJ 2005 – Lucro Presumido – Mão-de-Obra Ltda .....	44
Quadro 7 – Apuração do IRPJ 2006 – Lucro Presumido – Mão-de-Obra Ltda .....	44
Quadro 8 – Apuração do IRPJ 2007 – Lucro Presumido – Mão-de-Obra Ltda .....	44
Quadro 9 – Apuração da COFINS e PIS 2005 – Lucro Presumido – Mão-de-Obra Ltda .....	45
Quadro 10 – Apuração da COFINS e PIS 2006 – Lucro Presumido – Mão-de-Obra Ltda .....	45
Quadro 11 – Apuração da COFINS e PIS 2007 – Lucro Presumido – Mão-de-Obra Ltda .....	46
Quadro 12 – Apuração da CSLL 2005 – Lucro Real – Mão-de-Obra Ltda .....	47
Quadro 13 – Apuração da CSLL 2006 – Lucro Real – Mão-de-Obra Ltda .....	47
Quadro 14 – Apuração da CSLL 2007 – Lucro Real – Mão-de-Obra Ltda .....	48
Quadro 15 – Apuração do IRPJ 2005 – Lucro Real – Mão-de-Obra Ltda.....	49
Quadro 16 – Apuração do IRPJ 2006 – Lucro Real – Mão-de-Obra Ltda.....	49
Quadro 17 – Apuração do IRPJ 2007 – Lucro Real – Mão-de-Obra Ltda.....	50
Quadro 18 – Apuração da COFINS e PIS 2005 – Lucro Real – Mão-de-Obra Ltda.....	50
Quadro 19 – Apuração da COFINS e PIS 2006 – Lucro Real – Mão-de-Obra Ltda.....	51
Quadro 20 – Apuração da COFINS e PIS 2007 – Lucro Real – Mão-de-Obra Ltda.....	51
Quadro 21 – Lucro Presumido X Lucro Real – Totais Anuais.....	52
Quadro 22 – Lucro Presumido X Lucro Real – 2005 – Apuração Total.....	53
Quadro 23 – Lucro Presumido X Lucro Real – 2006 – Apuração Total.....	53
Quadro 24 – Lucro Presumido X Lucro Real – 2007 – Apuração Total.....	53

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS .....</b>	<b>7</b>
<b>LISTA DE QUADROS .....</b>	<b>9</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1 TEMA E PROBLEMA .....	12
1.2 OBJETIVOS DE PESQUISA .....	14
1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO .....	14
1.4 METODOLOGIA DE PESQUISA .....	15
1.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA .....	16
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO .....	16
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>18</b>
2.1 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO .....	18
2.1.1 Evasão Fiscal .....	21
2.1.2 Elisão Fiscal .....	22
2.2 FORMAS DE TRIBUTAÇÃO .....	23
2.2.1 Lucro Presumido .....	23
2.2.2 Lucro Real .....	25
2.2.2.1 Lucro Real Trimestral .....	26
2.2.2.2 Lucro Real Anual por Estimativa.....	27
2.2.2.3 Balanço de Suspensão ou Redução .....	28
2.3 IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS-IRPJ .....	29
2.4 CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO-CSLL .....	29
2.4.1 Alíquotas e Base de Cálculo – Lucro Real .....	30
2.4.2 CSLL – Lucro Real Trimestral .....	31
2.4.3 CSLL – Lucro Real Anual .....	31
2.4.4 Alíquotas e Base de Cálculo – Lucro Presumido .....	32
2.5 PIS E COFINS .....	33
2.5.1 PIS e COFINS – Regime Cumulativo – Lucro Presumido .....	34
2.5.2 PIS e COFINS – Regime não-cumulativo – Lucro Real .....	35
2.6 RETENÇÕES DE CSLL, PIS E COFINS .....	36
2.7 EMPRESAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL .....	37
<b>3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO EM UMA EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA.....</b>	<b>39</b>

3.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA ESTUDADA .....	39
3.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA EMPRESA MÃO-DE-OBRA LTDA .....	39
3.2.1 Balanço Patrimonial .....	40
3.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício .....	41
3.3 APURAÇÃO DA EMPRESA MÃO-DE-OBRA LTDA – LUCRO PRESUMIDO ....	42
3.3.1 Apuração da CSLL e IRPJ .....	42
3.3.2 Apuração da COFINS e do PIS .....	45
3.4 APURAÇÃO DA EMPRESA MÃO-DE-OBRA LTDA – LUCRO REAL .....	46
3.4.1 Apuração da CSLL e do IRPJ .....	46
3.4.2 Apuração da COFINS e do PIS .....	50
3.5 LUCRO PRESUMIDO X LUCRO REAL .....	52
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>57</b>



# 1 INTRODUÇÃO

Com o mercado competitivo que encontramos hoje, as empresas tendem a se organizar de forma a reduzir seus custos, pois estes são empecilhos para o crescimento de muitas organizações. Sendo os tributos o mais significativo de todos esses custos, já que o Brasil possui uma das maiores cargas tributárias do mundo (IBPT, 2006).

Os custos de produção interferem no preço do produto final destinado aos consumidores, pois saturam o produto de impostos e contribuições, tornando-os mais caros e reduzindo assim o poder de competitividade da empresa no mercado.

Portanto, com a elevada carga tributária brasileira, que onera pesadamente os produtos e afeta o lucro das empresas, e estas, procurando formas de diminuir os custos, buscam meios lícitos para isso, e através de um bom planejamento tributário que, baseado na legislação fiscal, procurará lacunas que possam ser utilizadas para se obter essa redução na onerosa carga de tributos que as organizações pagam todos os anos.

Surge assim a figura do Contador, que desempenha importante papel nas empresas, pois, caberá a esse profissional analisar as formas possíveis de se reduzir os custos oriundos do pagamento de tributos. Um bom planejamento de custos tende a ajudar essas empresas a obterem grandes avanços no concorrido mercado, já que poderão compor um quadro de gastos, até mesmo a longo prazo.

Neste trabalho será visto a importância de um planejamento tributário em uma empreiteira de mão-de-obra específica, onde será analisada, em qual situação ela melhor se enquadra para reduzir ao máximo seus custos, ou seja, utilizando a forma de tributação pelo Lucro Presumido ou Lucro Real.

## 1.1 TEMA E PROBLEMA

O planejamento estratégico é um instrumento no qual as empresas definem quais recursos utilizarão para chegar aos objetivos propostos pela organização, é um planejamento global feito pela empresa, considerado como um guia aos membros da instituição. E com o mercado competitivo e a crescente globalização, essas empresas tendem a procurar sempre alternativas de reduzir custos para alcançar um de seus principais objetivos, o lucro.

O Brasil possui uma das maiores cargas tributárias do mundo, se não a maior, e com isso as empresas são os setores da economia que mais sofrem. Muitas não conseguem se manter no mercado (IBPT, 2006).

Uma das formas de reduzir custos hoje, nas empresas, é por meio de um planejamento tributário, que é um planejamento de determinados setores da empresa, e possui importante papel na estratégia e finanças, surgindo assim a figura do contador, que deve estar sempre atualizado com as legislações. Ele procurará reunir todas as condições de elaborar planos com vista à redução dos tributos. Portanto, fazer um correto planejamento tributário empresarial é uma necessidade de sobrevivência no mercado.

O planejamento tributário é considerado uma grande ferramenta de diferenciação nas empresas que competem entre si, aquelas que tiverem um bom planejamento possuem uma forte importância mercadológica em relação aos seus concorrentes. Diante disso, o profissional de Contabilidade deve estar atento às mudanças que ocorrem no mercado, principalmente no campo fiscal, onde as leis estão em constante atualização. Ao acompanhar o mercado, o contador possui reais condições para predizer possíveis problemas e oferecer soluções eficazes para seus clientes.

O planejamento tributário é uma ação que busca promover menor impacto no fluxo de caixa da empresa, sendo um conjunto de medidas que buscam a economia de impostos, de forma lícita, preocupando-se com as possíveis mudanças das regras feitas pelo fisco. Dessa forma, esse instrumento tem como finalidades básicas evitar a incidência do tributo, reduzir o seu montante e retardar o seu pagamento de maneira lícita.

Portanto, o planejamento tributário, se torna hoje uma importante ferramenta de redução de custos nas organizações, fazendo com que isso se reverta em benefícios aos clientes, e podendo as empresas tomar decisões precisas, já que os tributos são os maiores custos que uma empresa situada no Brasil possui.

Em nosso país existem diferentes tipos de empresas, que são classificadas conforme seus rendimentos anuais e outros critérios, podendo ser de forma individual, ou seja, empresário individual, e ainda sociedade limitada, sociedade em nome coletivo, sociedade em comandita simples, anônima, e sociedade em comandita por ações, e este trabalho verificará se uma empreiteira de mão-de-obra, que é uma sociedade limitada, se enquadra melhor no Lucro Presumido ou no Lucro Real, ou seja, verificar a melhor alternativa para tal empreendimento a fim de reduzir seus custos. Porém neste trabalho não será estudado o SIMPLES Nacional e o Super Simples que entrou em vigor em 01/07/2007, pois o tipo de empresa a ser estudada somente pode ser tributada pelo regime de Lucro Real ou Lucro Presumido. Diante disso, essa pesquisa tem o intuito de responder a seguinte questão:

*Qual é a melhor opção tributária para uma empreiteira de mão-de-obra de médio porte?*

## 1.2 OBJETIVOS DE PESQUISA

O objetivo geral é identificar a opção tributária mais econômica para uma empreiteira de mão-de-obra de médio porte.

Os objetivos específicos são:

- explicar o referencial teórico relacionado ao Lucro Presumido, Lucro Real, bem como sobre o IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social);
- apresentar os benefícios do planejamento tributário para uma empreiteira de mão-de-obra; e
- demonstrar que o planejamento tributário é um instrumento essencial, por meio de uma proposta para uma empreiteira de mão-de-obra.

## 1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Nosso país possui uma das maiores cargas tributárias do mundo, ou seja a arrecadação dos tributos federais, estaduais e municipais em relação ao PIB (Produto Interno Bruto), segundo a Receita Federal ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)) no primeiro semestre de 2006, a arrecadação atingiu 39,79% (trinta e nove vírgula setenta e nove por cento), contra 39,16% (trinta e seis vírgula dezesseis por cento) no mesmo período de 2005, cada brasileiro pagou em média R\$ 2.132,52 (dois mil cento e trinta e dois reais e cinquenta e dois centavos) de tributos no semestre e isso faz com que as empresas procurem por novas formas de reduzir seus custos para poder sobreviver no mercado cada vez mais competitivo, e o planejamento tributário é a prática mais utilizada hoje.

Dessa forma, cada vez mais os estudos realizados sobre planejamento tributário conseguem demonstrar a importância dessa crescente área da Contabilidade, que traz inúmeros benefícios às empresas. Pois, conforme Martinez (2002, p. 02):

quando se trabalha o planejamento tributário, busca-se através da ação do contador ou em conjunto com profissional da área jurídica promover menor impacto no fluxo de caixa da empresa. As grandes empresas já contemplam, hoje, em sua estrutura organizacional, um Comitê de Planejamento Tributário constituído por pessoas de várias formações e segmentos para tratar especificamente desse grande projeto.

Este trabalho tem como contribuição teórica, demonstrar que fazendo uma significativa redução de custos em uma empreiteira de mão-de-obra, se obterá grandes avanços, pois como já foi dito a carga tributária no Brasil é onerosa, e este tipo de empresa possui muitos encargos na área de recursos humanos, pois possui muitos empregados, gerando assim uma extensa folha de pagamento. O planejamento visa detalhar diversas alternativas para um determinado tempo, onde foi implantada nessa empresa a melhor forma de pagamento de tributos, visando à economia, de forma lícita, para que ela possa obter informações que a auxiliarão na futura tomada de decisões.

Já a contribuição prática desse estudo, consiste em demonstrar que o planejamento tributário tem como finalidades principais evitar a incidência do tributo, reduzir o seu montante, e retardar o seu pagamento, fazendo com que a empresa em questão consiga reduções na sua elevada carga tributária. O contador tem que buscar a melhor forma de tributação para a empresa, verificar àquela que maiores benefícios a empresa terá com o planejamento tributário.

O trabalho tem como relevância social demonstrar a sua importância na redução de custos, de forma lícita, e assim sendo, com essa economia poderá reinvestir na empresa, ou oferecer mais empregos, ou mesmo conseguindo um melhor pagamento de salários.

#### 1.4 METODOLOGIA DO ESTUDO

Neste trabalho foi analisada a melhor forma de tributação em uma empresa específica, para assim reduzir seus custos significativamente, sendo que a metodologia utilizada, quanto aos seus objetivos foi classificada como uma pesquisa descritiva, que tem por finalidade observar, analisar e registrar os fenômenos sem entrar no mérito do conteúdo, e não tem a interferência do investigador (GIL, 2002). A pesquisa descritiva tem por objetivo básico descrever as características de determinada população ou fenômeno e estabelecer possíveis relações entre variáveis (GIL, 2002).

Quanto aos procedimentos técnicos, será realizada uma pesquisa bibliográfica, como se vê nas palavras de Gil (2002, p. 45) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Esse estudo propõe-se a esclarecer os conceitos sobre planejamento tributário, utilizando materiais publicados, como livros, artigos e conteúdos de internet.

Além disso, também será realizado um estudo de caso, que é assim explicado por Gil (2002, p. 55) “[...] estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que

permita seu amplo e detalhado conhecimento [...].” O estudo pretende demonstrar qual a melhor forma de tributação para uma empreiteira de mão-de-obra, com o objetivo de reduzir seus custos.

Ainda em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa também pode ser considerada como uma pesquisa documental, que segundo Gil (2002, p. 45) “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.”, pois o trabalho utilizará documentos da empresa que servirão de base para a aplicação do planejamento tributário.

E com relação à abordagem do problema o estudo em questão é realizado por meio de pesquisa quantitativa, pois são mais adequadas para apurar opiniões e atitudes explícitas, pois utilizam instrumentos estruturados (INSTITUTO DE PESQUISA UNIBAN, 2007). Serão utilizados dados financeiros de uma empresa, tornando o estudo mais interessante do que se fossem inventados dados, pois fornecerá informações mais relevantes.

Portanto, este trabalho procurará através dos procedimentos metodológicos apresentados, buscar seus objetivos demonstrando a importância do estudo sobre planejamento tributário e como este método poderá ajudar as empresas a reduzir seus custos de forma lícita e assim trazer benefícios futuros.

## 1.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A pesquisa está limitada a um estudo de caso, onde foi aplicado o planejamento tributário em uma Empreiteira de Mão-de-Obra e para tanto foram estudadas as formas de tributação em vigor no Brasil, ou seja, o Lucro Presumido e o Lucro Real, bem como os impostos e contribuições federais pertinentes a esses sistemas de tributação.

## 1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: no Capítulo 1 encontra-se a introdução, o tema e problema, objetivo geral e os específicos, a justificativa do estudo, a metodologia empregada, as limitações da pesquisa. Neste capítulo, tem-se uma visão geral sobre a realidade tributária e mercadológica brasileira e um conceito geral sobre planejamento tributário, e onde encontra-se também o tema central da pesquisa.

No Capítulo 2, apresenta-se a fundamentação teórica, onde se buscará evidenciar o planejamento estratégico tributário, uma síntese sobre formas de tributação brasileira, como o

Lucro Presumido e o Lucro Real, bem como os impostos e contribuições federais, tais como IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, e ainda comentar sobre o ramo da Construção Civil.

Já no Capítulo 3 aplica-se o planejamento tributário na empresa estudada, analisando-se os anos de 2005, 2006, 2007 a projeção de novembro e dezembro de 2007, baseando-se na legislação vigente, sendo considerado o Lucro Presumido e o Lucro Real como formas de tributação e somente os impostos e contribuições federais IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. No quarto e último capítulo estão apresentadas as conclusões do trabalho.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo foram abordados os conceitos sobre planejamento tributário estratégico, relacionando sua importância para as empresas e a forma como pode ser implementada esta redução de custos. Em seguida foi observado as formas de tributação estudadas neste trabalho, vigentes no país, para se analisar qual delas reduziu a maior quantia de tributos de forma lícita da empresa estudada. Em sequência foram abordados os conceitos e características das empresas do ramo de Construção Civil.

### 2.1 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Com um mercado competitivo e um grande aumento da concorrência entre as empresas, o planejamento tributário, tem hoje, importante papel na estratégia e finanças das empresas, pois este é um projeto de previsão das necessidades e realizações, onde o Contador é figura de destaque neste processo de implementação de uma nova gestão.

Martinez (2002, p.1) é claro quando enfatiza o assunto:

em época de mercado competitivo e recessivo, de aumento da concorrência entre as empresas nacionais, o planejamento tributário assume papel de extrema importância na estratégia e finanças das empresas, pois quando se analisam os balanços das mesmas, percebe-se que os encargos relativos a impostos, taxas e contribuições são, na maioria dos casos, mais representativos do que os custos de produção.

A importância desse planejamento tributário, também se faz entender por Facci e Oliveira (2006, p. 2) “o Planejamento Tributário é capaz de oferecer alternativas menos onerosas com relação aos encargos tributários mais adequados à sua atividade, bem como as consequências de tais escolhas. Isto, por deter o conhecimento, coordenar o registro e controle dos fatos que geram os relatórios em uma organização.”

Para Facci, Malavazi e Chiaralo (2006, p. 1), a importância do planejamento tributário se torna indispensável porque:

[...] as empresas se deparam com uma carga tributária sobre suas atividades, que a primeira vista, atua como um limitador ao desenvolvimento econômico. Nesse sentido, é de suma importância o conhecimento de métodos que possibilitem aos empresários uma redução ou um retardamento do pagamento dos impostos.

Segundo Amaral (2004, p. 1) “a realidade tributária brasileira é notoriamente complexa, trazendo um custo financeiro enorme às empresas e ainda, causando a constante



insegurança de se estar ou não cumprindo com todas as obrigações exigidas pelo fisco.” Por isso cada vez mais as empresas buscam alguma forma de diminuir seus custos, pois a realidade brasileira em relação aos tributos é severa.

O conceito de planejamento tributário fica melhor entendido na explicação de Latorraca (2000, p. 63):

Denomina-se planejamento tributário a atividade empresarial que, desenvolvendo-se de forma estritamente preventiva, projeta os atos e fatos administrativos com o objetivo de informar quais os ônus tributários em cada uma das opções legais disponíveis. O objeto do planejamento tributário é, em última análise, a economia tributária. Cotejando as várias opções legais, o administrador obviamente procura orientar os seus passos de forma a evitar, sempre que possível, o procedimento mais oneroso do ponto de vista fiscal.

Observa-se que, o planejamento é feito em razão da realidade tributária brasileira, que traz um custo financeiro oneroso às empresas, por isso estas recorrem a profissionais competentes que façam planejamentos ao pagar tributos. Portanto como conceitua Facci e Oliveira (2006, p. 01), sobre a importância do Contador neste processo:

contador que deseja atuar na área tributária ou já desempenha este papel atualmente, necessita de conhecimentos adquiridos nos vários ramos de sua profissão, e até mesmo, interdisciplinariedade e/ou transdisciplinares, ou seja, que estropeiem o campo profissional específico, mas contribuem para o processo inerente ao Planejamento Tributário [...].

Por isso a profissionalização do Contador é importante neste novo processo, Facci e Oliveira (2006, p. 1) descrevem ainda que “é necessário que profissionais competentes, mediante estudos maciços das operações da empresa, de fatos administrativos, efeitos jurídico, fiscais e econômicos, apresentem opções legais, que favoreçam a continuidade do negócio.” Portanto, cabe aos novos profissionais ou mesmo àqueles que optarem por esse ramo da Contabilidade, buscarem estar sempre atualizados com as novas leis que surgem, principalmente em relação as legislações tributárias.

Facci, Andrade e Melo (2004, p. 17) em suas palavras enaltecem ainda mais a importância do Contador neste processo:

[...] é extremamente importante ressaltar o trabalho do profissional da Contabilidade que, ao conhecendo os procedimentos industriais e comerciais adotados pela empresa de acordo com os preceitos da legislação tributária e da ética profissional, poderá proporcionar uma economia lícita dos tributos.

Verifica-se que um correto planejamento tributário empresarial, muitas vezes quer dizer a sobrevivência da empresa no mercado, pois muitas firmas formam seu preço final com



base nos custos que esse produto ou serviço ocasionou, e os custos tributários representam em média, 33% (trinta e três por cento) do faturamento bruto, 47% (quarenta e sete por cento) do total de custos e despesas e 52% (cinquenta e dois por cento) do lucro (AMARAL, 2004), demonstrando assim, que qualquer empresa ou grupo empresarial deve buscar uma gestão tributária eficaz.

Mas para se ter um bom planejamento tributário alguns requisitos devem ser bem observados e estudados, para que seus resultados alcancem o que deseja o dono da empresa que utilizar o sistema, por isso deve-se observar como cada firma funciona, e aplicar o processo conforme sua estruturação, assim Amaral (2004, p. 2) esclarece em suas palavras:

para a realização de um sistema de planejamento tributário eficaz, é imprescindível que se leve em conta todos os tributos incidentes na operação empresarial. Assim, após a análise individual do tributo é necessário confrontar a redução do ônus fiscal individual com os reflexos nos outros tributos. [...] Para se ter uma eficácia da economia legal de impostos e contribuições, também se faz necessária a integração de todos os departamentos da empresa. Não adianta ter um comitê interno de planejamento, se as decisões são tomadas sem o conhecimento de pessoas importantes para o sucesso do tão almejado intento.

Note-se que para se obter sucesso na implantação de um sistema de planejamento tributário, deve-se ter cuidado, estudando todos os impostos e contribuições que a empresa possui e assim integrar todos os setores para que todas as decisões sejam tomadas corretamente. Dessa maneira, ressalta Andrade Filho (2005, p. 650):

o planejamento tributário bem feito recebe a tutela da ordem jurídica porque se inscreve no âmbito da liberdade de busca do menor custo tributário e que, em última análise, representa uma legítima proteção da liberdade e da propriedade. Os limites do planejamento tributário são fixados pela lei; assim, o sujeito passivo que age de acordo com a lei não pode receber censura. Se abusos existem, cabe à lei coibir e a fiscalização agir contra os que se desviam do caminho do bom direito.

Após verificar a importância do planejamento tributário e a do Contador no processo, pode-se resumir as principais finalidades do planejamento tributário, que podem ser entendidas nas palavras de Martínez (2002, p. 2):

evitar a incidência do tributo-nesse caso adota-se procedimentos com o fim de evitar a concorrência do fato gerador; · reduzir o montante do tributo-as providências serão no sentido de reduzir a base de cálculo ou alíquota do tributo; · retardar o pagamento do tributo-o contribuinte adota medidas que têm por fim postergar o pagamento do tributo, sem ocorrência da multa.

Portanto, um novo estudo econômico de investimentos, neste novo mercado de intensa competitividade, o planejamento tributário vem como uma alternativa de diminuir custos e

maximizar lucros, sendo um processo indispensável a qualquer negócio que queira prosperar ou até mesmo se manter no mercado.

Existem também empresas que procuram de todas as formas não pagar os impostos e contribuições, daí a preocupação do legislador brasileiro em aperfeiçoar o sistema arrecadatário, procurando coibir práticas evasivas e elisivas (Martinez, 2002).

Por tudo o que foi salientado o profissional contábil é que deverá estar atento ao tipo de empresa que tem em mãos e assim escolher a melhor forma de tributação, buscando um acompanhamento rígido dos gastos da empresa. Por isso a importância do profissional da área contábil estar em permanente atualização, procurando sempre se manter informado sobre as mudanças ocorridas nas legislações tributárias brasileiras.

### 2.1.1 Evasão fiscal

A evasão fiscal ocorre após o fato gerador, sendo uma prática ilícita, que viola a lei fiscal, procurando diminuir ou evitar o pagamento do tributo, causando enormes prejuízos a economia, ao governo, e para toda a sociedade. Por isso a importância de um bom planejamento tributário e de os profissionais serem responsáveis e conhecedores da legislação e da contabilidade.

Para Martinez (2002, p. 2), a evasão fiscal consiste "em toda ação consciente, espontânea, dolosa ou intencional do contribuinte através de meios ilícitos para evitar, eliminar, reduzir ou retardar o pagamento do tributo devido, não se configurando em hipótese alguma com o planejamento tributário lícito."

O artigo 1º da Lei n. 8.137/90, considera a evasão fiscal como um dos crimes contra a ordem tributária, e assim define os crimes tributários:

Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

- I - omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;
- II - fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;
- III - falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável;
- IV - elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato;
- V - negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.

Pena - reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único. A falta de atendimento da exigência da autoridade, no prazo de 10 (dez) dias, que poderá ser convertido em horas em razão da maior ou menor

complexidade da matéria ou da dificuldade quanto ao atendimento da exigência, caracteriza a infração prevista no inciso V.

A referida Lei foi posteriormente alterada pela Lei n. 9.249/95, que assim define em seu art. 34:

Extingue-se a punibilidade dos crimes definidos na Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e na Lei n. 4.729, de 14 de julho de 1965, quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia.

Existem ainda algumas formas de evasão fiscal, como a sonegação, a fraude, o conluio e a simulação que são definidas nas legislações pertinentes ao assunto. A Lei n. 4.502/64, define:

Art. 71. Sonegação é toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o conhecimento por parte da autoridade fazendária:

I – da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, sua natureza ou circunstâncias materiais;

II - das condições pessoais de contribuinte, suscetíveis de afetar a obrigação tributária principal ou o crédito tributário correspondente.

Art. 72. Fraude é toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido a evitar ou diferir o seu pagamento.

Art. 73. Conluio é o ajuste doloso entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas, visando qualquer dos efeitos referidos nos arts. 71 e 72.

Já a simulação, é o ato pela qual, duas ou mais pessoas simulam um ato ou fato jurídico que não ocorreu, é uma declaração enganosa da vontade, produzindo efeito diverso do desejado, ela está expressamente regulada nos arts. 102 e 105 do Código Civil Brasileiro.

Portanto a evasão fiscal consiste em atos de omissão, fraude, falsificação, simulação, conluio e outras formas de distorcer o fato gerador da obrigação, tentando assim enganar a autoridade tributária.

### 2.1.2 Elisão fiscal

A elisão fiscal surge muitas vezes das brechas encontradas na legislação, por isso é uma forma lícita do contribuinte de reduzir tributos, e que ocorre antes do fato gerador, onde ele procura obter uma menor carga tributária legalmente aceitável.

Portanto para Martinez (2002, p. 2), a elisão fiscal "representa a execução de procedimentos, antes do fato gerador, legítimos, éticos, para reduzir, eliminar ou postergar a

tipificação da obrigação tributária, caracterizando, assim, a legitimidade do planejamento tributário." Por isso, tem o contribuinte o direito de buscar a melhor forma de redução de tributos que lhe parecer mais interessante, sempre de forma lícita.

Fabretti (2005, p. 133) coloca a elisão fiscal como "**legítima e lícita**, pois é alcançada por escolha feita de acordo com o ordenamento jurídico, adotando-se a alternativa legal menos onerosa ou utilizando-se de lacunas da lei." Nota-se que o planejamento tributário irá buscar dentro dessas lacunas da lei citadas pelo referido autor a melhor forma de redução de tributos.

Buscando arrecadar cada vez mais tributos, o governo brasileiro criou a LC (Lei Complementar) n. 104/01, chamadas normas antielisão, inseridas no parágrafo único do art. 116 do Código Tributário Nacional - CTN, visando preencher essas lacunas para que o contribuinte não ache formas de reduzir seus custos. O parágrafo único do art. 116 do CTN, prescreve o seguinte:

a autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.

O legislador, ao criar as normas antielisão, diminuiu as maneiras legítimas e lícitas do contribuinte de obter reduções fiscais, impedindo assim que se faça um bom planejamento tributário. É mais uma lei que visa denegrir as alternativas legais do contribuinte de diminuir o peso dos tributos que são absurdamente impostos a pagar.

## 2.2 FORMAS DE TRIBUTAÇÃO

Para se conseguir bons resultados com o planejamento tributário, atingindo suas finalidades principais, ou seja, a economia de tributos, precisa-se estudar as formas de tributação vigentes no país, o Lucro Presumido e o Lucro Real, que são as formas que a empresa estudada pode ser tributada.

### 2.2.1 Lucro presumido

O Lucro Presumido facilita e desburocratiza a rotina das empresas, porém deve-se observar, que nem todas as empresas se enquadram neste regime tributário, é preciso ter um limite máximo de faturamento anual, onde este inclui todas as receitas da empresa, os

rendimentos com aplicação financeira, ganhos de capital, etc, excluído-se as vendas canceladas e as transferências. A opção pelo lucro presumido se dá com o pagamento da primeira quota do imposto no primeiro período de apuração em que houver receita.

O Lucro Presumido pode ser assim entendido pelas palavras de Ono e Rodrigues (2007, p. 2) "o lucro presumido é regime de tributação onde a base de cálculo é obtida por meio de aplicação de percentual definido em lei, sobre a receita bruta. Como o próprio nome diz, trata-se de presunção de lucro."

Entenda-se também por livro caixa, a movimentação bancária. Mesmo que uma empresa se enquadre no regime, em razão de seu faturamento anual, ela pode ser impedida de adotá-lo caso:

atue no setor financeiro (ex. bancos comerciais, sociedades de crédito, corretores de valores, empresas de seguros e previdência privada, etc); explore atividade de prestação cumulativa e contínua de serviços na área de gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas, factoring, etc; tenha obtido lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundas do exterior. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2006).

No regime tributário do lucro presumido, deduções não são permitidas, a título de incentivo fiscal, pois para a Receita Federal, a base de tributação é estimada em um desconto, pois ao inferir o lucro o contribuinte já teria se beneficiado da dedução.

No art. 13 da Lei n. 9.718/98 encontra-se as condições de opção pelo lucro presumido:

A pessoa jurídica cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), ou a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido. (Redação dada pela Lei n. 10.637, de 2002)

§ 1º A opção pela tributação com base no lucro presumido será definitiva em relação a todo o ano-calendário.

§ 2º Relativamente aos limites estabelecidos neste artigo, a receita bruta auferida no ano anterior será considerada segundo o regime de competência ou caixa, observado o critério adotado pela pessoa jurídica, caso tenha, naquele ano, optado pela tributação com base no lucro presumido.

O Lucro Presumido é usado para determinar a base de tributação da CSLL e do IRPJ, sendo que nos dois impostos aplica-se uma alíquota de 32% sobre a receita bruta das empresas prestadoras de serviços, que é o caso da empresa a ser analisada, para a definição da base de cálculo, e sobre esta base de cálculo é aplicada as alíquotas referentes a CSLL, que é de 9% e do IRPJ, que é de 15%.

A empresa que adotar o regime deve recolher ainda, os seguintes impostos, conforme BACEN (Banco Central do Brasil, 2006):



[...] PIS/PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), COFINS, IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), esse último somente caso se trate de empresa industrial, e os demais impostos estaduais e municipais. Ao contrário do IRPJ e da CSLL, todos esses impostos tem como base de tributação a receita bruta da empresa.

O pagamento desse regime tributário se dá por meio do recolhimento de todos os tributos, em separado, utilizando várias guias DARF (Documento de Arrecadação de Receitas Federais), sendo que a CSLL e o IRPJ, devidos são calculados em base trimestral, já o PIS e COFINS são mensais.

Diante de todo o exposto, o lucro presumido vem como uma forma de tributação que possui uma menor complexidade na apuração dos tributos, facilidade na aplicação de suas alíquotas que incidem sobre sua receita bruta, não permitindo deduções de custos e despesas.

## 2.2.2 Lucro real

A outra forma de tributação estudada neste trabalho é o Lucro Real, que obriga algumas empresas a adotá-lo, como determinado no art. 14 da Lei n. 9.718/98:

Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas:

I- cuja receita total, no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses; (Redação dada pela Lei n. 10.637, de 2002)

II- cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores imobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;

III- que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;

IV- que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;

V- que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma do art. 2º da Lei n. 9.430, de 1996;

VI- que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (*factoring*).

O lucro real, segundo a Receita Federal, é o lucro líquido ajustado pelas adições, exclusões e compensações exigidas ou permitidas por lei, onde o lucro líquido é a soma do lucro operacional, dos resultados não-operacionais e das participações, e deverá ser determinado com observância dos preceitos da lei comercial.

De acordo com o art. 274 do RIR (Regulamento do Imposto de Renda):

a empresa deverá apurar o lucro líquido, mediante elaboração do balanço patrimonial, da demonstração do resultado do período de apuração e da demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, com observância das disposições da lei comercial.

Por fim, é preciso salientar conforme explica Ono e Rodrigues (2007, p. 02):

que não há um tipo de regime de tributação que seja mais benéfico para a totalidade das empresas. Cada pessoa jurídica deve considerar suas particularidades, meios de operação, e tipos de atividade que desenvolve, para conseguir vislumbrar a forma mais econômica de tributação para o ano, lembrando que uma vez formalizada a opção perante a Receita Federal, esta é irretratável durante todo o ano-calendário.

Quando a empresa não tiver que optar pelo lucro real por ser uma imposição legal, o lucro real pode ser muito vantajoso para aquelas empresas que estão tendo prejuízos ou lucros pequenos, pois o prejuízo pode ser usado para abater ganhos futuros da mesma empresa até o limite de 30% (trinta por cento) por ano. No lucro presumido, quando a empresa estima um resultado positivo, ocorrendo prejuízo, ela terá que recolher o imposto. A opção pela forma de tributação é feita por meio do pagamento do primeiro DARF dos tributos em janeiro ou no início da atividade, sendo essa opção é irretratável para todo o ano-calendário.

#### 2.2.2.1 Lucro real trimestral

O lucro real mensal foi substituído pelo lucro real trimestral através do art. 1º da Lei n. 9.430/96, trazendo algumas desvantagens, como a da limitação na compensação dos prejuízos fiscais e a possibilidade de se cometer mais infrações fiscais. Neste tipo de tributação o lucro do trimestre anterior não pode ser compensado com o prejuízo fiscal de trimestres seguintes, ou seja, pode reduzir até o limite de 30% (trinta por cento) do lucro real dos trimestres vindouros.

O lucro real trimestral deverá ser apurado ao final de cada trimestre, com base no resultado líquido do período, e este é apurado com base nas demonstrações contábeis e deve ser ajustado pelas adições, exclusões e compensações autorizadas legalmente, previstas nos arts. 249 e 250 do RIR/99:

Art. 249. Na determinação do lucro real, serão adicionados ao lucro líquido do período de apuração (Decreto-Lei n. 1.598, de 1977, art. 6º, § 2º):

I- os custos, despesas, encargos, perdas, provisões, participações e quaisquer outros valores deduzidos na apuração do lucro líquido que, de acordo com este Decreto, não sejam dedutíveis na apuração determinação do lucro real;

II- os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores não incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com este Decreto, devam ser computados na determinação do lucro real.

Art. 250. Na determinação do lucro real, poderão ser excluídos do lucro líquido do período de apuração (Decreto-Lei n. 1.598, de 1977, art. 6º, § 3º):

I- os valores cuja dedução seja autorizada por este Decreto e que não tenham sido computados na apuração do lucro líquido do período de apuração;

II- os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com este Decreto, não sejam computados no lucro real;

III- o prejuízo fiscal apurado em períodos de apuração anteriores, limitada a compensação a trinta por cento do lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas neste Decreto, desde que a pessoa jurídica mantenha os livros e documentos, exigidos pela legislação fiscal, comprobatórios do prejuízo fiscal utilizado para compensação, observado o disposto nos arts. 509 a 515 (Lei n. 9.065, de 1995, art. 15 e parágrafo único).

Conforme o art. 3º da Lei n. 9.249/95, as alíquotas a serem aplicadas são de 15% (quinze por cento) sobre a base de cálculo e de 10% (dez por cento) a título de adicional, sobre a parcela que exceder R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) trimestrais. O IR e a CSLL a pagar, apurados trimestralmente, poderão ser pagos em quota única, no mês seguinte ao trimestre, sem qualquer acréscimo, ou em três quotas mensais com juros pela taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) nesse mês.

#### 2.2.2.2 Lucro real anual por estimativa

A opção pelo lucro real anual como forma de apuração, leva as empresas a pagarem mensalmente o IR e a CSLL, calculados por estimativa. E esses dois tributos calculados sobre as operações do mês terão que ser pagos até o último dia útil do mês seguinte.

A base de cálculo do imposto de renda estimado é o resultado do somatório de um percentual aplicado sobre a receita bruta do mês, acrescido de ganhos de capital, demais receitas e resultados positivos, excetuados os rendimentos ou ganhos tributados como de aplicação financeira, sendo excluídos o IPI, as vendas canceladas, devoluções e descontos incondicionais concedidos.

Quando se tratar de pessoas jurídicas de direito público ou empresa sob seu controle, empresas públicas, sociedades de economia mista ou suas subsidiárias e estas contratarem serviço de empreitada ou fornecimento contratado nas condições dos arts. 407 e 408 do RIR/99, a receita decorrente deverá ser reconhecida no mês de recebimento. Sendo que nos contratos com prazo superior a um ano, a receita será reconhecida pelo regime de caixa



quando a lei permite diferir o lucro e não a receita. (art. 5º, inciso IV, da Instrução Normativa n. 93/97)

### 2.2.2.3 Balanço de suspensão ou redução

As pessoas jurídicas poderão suspender o pagamento do imposto, desde que demonstrem que o valor do imposto devido, é igual ou inferior à soma do imposto de renda devido por estimativa, correspondente aos meses do mesmo ano-calendário, anteriores àquele a que se refere o balanço ou balancete levantado. Esta faculdade cabe àquelas pessoas jurídicas, em qualquer mês, que vão apresentar a declaração de rendimentos com base no lucro real anual. Sendo que o balanço ou balancete de suspensão ou redução dos tributos deve compreender sempre o período entre 1º de janeiro e a data da apuração do lucro.

No lucro real os prejuízos fiscais apurados mensalmente, no balanço ou balancete de suspensão ou no balanço anual, poderão ser compensados integralmente desde que dentro do mesmo ano-calendário e os prejuízos fiscais de anos anteriores limitam-se a 30% (trinta por cento) do lucro real. Quando as atividades da empresa forem diversificadas o percentual aplicado corresponderá a cada atividade conforme § 1º do art. 223 do RIR/99.

No caso do ramo de construção civil, que é o ramo da empresa analisada neste trabalho, Higuchi (2007, p. 55) disserta sobre o assunto:

na atividade de construção por empreitada, a Receita Federal definiu, através do ADN n. 6, de 13-01-97, que deverá ser aplicado o percentual de 8% sobre a receita bruta quando houver emprego de materiais, em qualquer quantidade, e de 32% quando houver emprego unicamente de mão-de-obra, ou seja, sem o emprego de materiais. A redação leva ao entendimento distorcido porque não há construção por empreitada sem o emprego de materiais. A distinção pretendida era entre materiais fornecidos pela empreiteira e os fornecidos por terceiros. O art. 3º, § 7º, da IN n. 93/97 dispõe que sobre as receitas auferidas nas atividades de loteamento de terrenos, incorporação imobiliária e venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda será aplicado o percentual de 8%, considerando como receita bruta o montante efetivamente recebido, relativo às unidades imobiliárias vendidas.

No balanço ou balancete de suspensão ou redução de pagamento, o limite de isenção do adicional corresponderá ao resultado da multiplicação do limite mensal de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses que compõem o período desde janeiro até o mês do balanço ou balancete. (HIGUCHI, 2007)

Até a data fixada para pagamento dos tributos do respectivo mês, se deverá transcrever no livro Diário, o balanço ou balancete de redução ou suspensão de pagamento dos tributos.

Já no lucro real trimestral, a escrituração do livro inventário é obrigatório ao final de cada trimestre, pois esse lucro é definitivo.

### 2.3 IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS - IRPJ

O IRPJ é de competência da União e incide diretamente sobre os lucros, e assim tem como fato gerador, segundo o art. 43 do CTN, a aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica, de renda, ou seja, o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos e ainda de proventos de qualquer natureza, como os acréscimos patrimoniais.

O lucro das empresas pode ser dividido de várias formas, como o lucro bruto que é o resultado da atividade de venda de bens ou serviços que constitua objeto da pessoa jurídica, corresponde a diferença entre receita líquida das vendas e serviços e o custo dos bens e serviços vendidos (arts. 278 e 280 do RIR/99), o lucro operacional que é o resultado das atividades principais ou acessórias, que constituam objeto da pessoa jurídica (art. 277 do RIR/99) e o lucro líquido é a soma algébrica do lucro operacional, dos resultados não operacionais, do saldo da conta de correção monetária e das participações, e deverá ser determinado com observância dos preceitos comerciais (art. 248 do RIR/99).

O lucro fiscal não possui conceituação no RIR/99, e pode ser entendido, como um lucro contábil ajustado pelas adições, exclusões e compensações permitidas em lei, este tipo de lucro que será usado para o cálculo dos tributos como o IRPJ e CSLL, porém, somente para as empresas optantes pelo regime de tributação com base no lucro real.

As formas de tributação que são utilizadas para o cálculo dos tributos nas empresas não possuem conceito em legislação, estabelecendo a lei somente as opções e regras de utilização dessas formas.

### 2.4 CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

A CSLL das empresas está prevista no art. 195 da Constituição Federal - CF, sendo uma fonte de recurso e financia o programa de seguridade social, e o Governo não está impedido de cobrá-la no mesmo exercício financeiro em que foi publicada a lei que a instituir ou aumentar, porém deverá respeitar um prazo de 90 (noventa) dias da data da publicação da norma.

Os contribuintes da CSLL são as pessoas jurídicas domiciliadas no país e as que lhe são equiparadas pela legislação do IRPJ, aplicando-se as mesmas normas de apuração e de

pagamento, mantidas a base de cálculo e as alíquotas previstas na legislação em vigor (Lei n. 8.981/95). Portanto, as pessoas jurídicas que optarem pelo Lucro Real ou Lucro Presumido deverão recolher a CSLL da mesma forma que o IRPJ.

Existem entidades que são isentas da CSLL, como dispõe o § 7º do art. 195 da CF, como as entidades beneficentes de assistência social que atendam as exigências estabelecidas em lei, e ainda àquelas que aderirem ao PROUNI, Programa Universidade para Todos, sendo isentas além da CSLL, também do IRPJ, PIS e COFINS.

#### 2.4.1 Alíquotas e base de cálculo-lucro real

As alíquotas e base de cálculo podem ser diferenciadas para as contribuições sociais do inciso I do art. 195 da CF, sendo que a alíquota da CSLL, para os fatos geradores ocorridos a partir de 01/01/2003, será de 9% (nove por cento) sobre a base de cálculo, Higuchi (2007, p. 799) descreve com precisão sobre essas novas alterações:

a Emenda Constitucional nº 47, de 2005, deu nova redação ao § 9º do art. 195 da C.F., acrescido pela EC nº 20, de 1998. A nova redação dispõe que as contribuições sociais previstas no inciso I do caput deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

A Lei n. 8.034/90 em seu art. 2º, alterou a base de cálculo da CSLL, que antes era instituída pela Lei n. 7.689/88. O art. 21 da Medida Provisória - MP n. 2.158-35/01 dispõe que os lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior sujeitam-se à incidência da CSLL.

O art. 1º da Lei n. 9.316/96 dispõe que o valor da CSLL não poderá ser deduzido para efeito de determinação da base de cálculo do IR, e a partir de 01/01/2001, as pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real formarão a base de cálculo da CSLL, levando em conta o lucro contábil antes da provisão para o Imposto de Renda e para CSLL, ajustando-se pelas adições e exclusões previstas na legislação.

Assim, Higuchi (2007, p. 799-800), cita exemplos de adições e exclusões:

adição do resultado negativo da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido; adição do valor da reserva de reavaliação, baixado durante o período-base, cuja contrapartida não tenha sido computada no resultado do período; adição do valor das provisões não dedutíveis na determinação do lucro real, exceto a provisão para o imposto de renda; exclusão do resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido; exclusão dos lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receitas; exclusão do valor das provisões adicionadas, na forma

do item 3, que tenham sido baixadas no curso do período-base; adição das despesas indedutíveis a que se refere o art. 13 da Lei n. 9.249/95; adição de lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior (art. 21, da MP n. 2.158-35/01); adição do valor dos lucros distribuídos disfarçadamente (art. 60 da Lei n. 9.532/97); exclusão do valor das provisões técnicas das operadoras de planos de assistência à saúde, cuja constituição é exigida pela legislação especial a elas aplicável (art. 83 da MP n. 2.158-35/01); adição do valor de ajustes decorrentes de métodos de preços de transferências.

No lucro real a apuração do IRPJ e da CSLL podem ocorrer de duas formas, trimestral ou a apuração anual, assim paga-se por estimativa mensal ou por balanço de suspensão ou redução, sendo que deverá ser observada a mesma forma para os dois tributos, ou seja, não se pode, por exemplo, no mês de julho, calcular o IRPJ pelo balanço e a CSLL por estimativa, os dois devem optar pela mesma forma de apuração, mês a mês, podendo alterar de um mês para o outro, mas sempre em conjunto.

#### 2.4.2 CSLL-lucro real trimestral

Optando-se pela apuração do lucro real de forma trimestral, a CSLL deverá ser paga ao final de cada trimestre em quota única no mês seguinte ao trimestre, sem qualquer acréscimo ou em até três vezes, com juros pela taxa SELIC, sendo as parcelas de no mínimo R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada, com juros na segunda e terceira parcelas, por exemplo, de abril a junho, o pagamento de julho não terá acréscimos, o de agosto terá juros de 1% (um por cento) e o de setembro terá acréscimos de juros do mês de agosto, mais 1% (um por cento) de setembro (art. 5º da Lei n. 9.430/96).

O lucro do trimestre anterior não pode ser compensado com o prejuízo fiscal de trimestres seguintes, o prejuízo fiscal de um trimestre só poderá reduzir até o limite de 30% (trinta por cento) do lucro real dos trimestres seguintes.

As empresas que optarem pelo lucro real trimestral, desde 01/01/98, estão dispensadas do pagamento estimado do IR e da CSLL referente às operações de janeiro e fevereiro. A base de cálculo será determinada pelo lucro contábil, antes da provisão do IRPJ e para a CSLL, ajustado pelas adições, exclusões e compensações previstas na legislação.

#### 2.4.3 CSLL-lucro real anual

As empresas que optarem pelo lucro real anual terão que pagar mensalmente o IR e a CSLL, calculados por estimativa ou com base em demonstrações contábeis como balanço ou

balancete de suspensão ou redução e o pagamento deverá ser feito até o último dia útil do mês seguinte ao da apuração.

O art. 35 da Lei n. 8.981/95 que foi alterada pela Lei n. 9.065/95, que concede as empresas a suspensão ou redução do valor da contribuição a ser paga por meio de balanços ou balancetes mensais, que demonstrem que o valor acumulado já pago, excede o total devido, tanto para o IRPJ como para a CSLL, Higuchi (2007, p. 28) explica de forma clara a redação do citado artigo:

o art. 35 da Lei nº 8.981/95, com nova redação dada pela Lei nº 9.065/95, dispõe que a pessoa jurídica poderá suspender ou reduzir o pagamento do imposto devido em cada mês, desde que demonstre, através de balanços ou balancetes mensais, que o valor acumulado já pago excede o valor do imposto, inclusive adicional, calculado com base no lucro real do período em curso. A suspensão ou redução do pagamento é aplicável inclusive sobre o imposto do mês de janeiro. Assim, se no mês de janeiro a empresa teve prejuízo fiscal, não há imposto a ser recolhido.

A base de cálculo da CSLL por estimativa será o resultado da aplicação da alíquota de 12% (doze por cento) sobre a receita bruta, somados aos ganhos de capital, rendimentos, ganhos em aplicações financeiras e demais receitas e resultados positivos, das empresas do ramo de comércio e indústria. Já a base de cálculo para os prestadores de serviço, segundo inciso III do § 1º do art. 15 da Lei n. 9.249/95, será o resultado da aplicação do percentual de 32% (trinta e dois por cento) sobre a receita bruta, somados aos ganhos de capital, rendimentos, ganhos em aplicações financeiras e demais receitas e resultados positivos.

A pessoa jurídica que paga mensalmente por meio de balanço ou balancete de suspensão, que apresentar um prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL em determinado mês, poderão compensar integralmente os prejuízos fiscais e as bases negativas da CSLL desses meses do ano-calendário com os lucros de outros meses do mesmo ano. Caso a for compensação seja relativa a anos anteriores, fica restrita a compensar somente 30% (trinta por cento).

#### 2.4.4 Alíquotas e base de cálculo-lucro presumido

A base de cálculo da CSLL das empresas tributadas pelo lucro presumido, tem como base o art. 29 da Lei n. 9.430/96, que corresponde a 12% (doze por cento) da receita bruta do trimestre cujo resultado será acrescido de ganhos de capital, rendimentos de aplicações financeiras e de demais receitas e resultados positivos do trimestre. A alíquota da CSLL também é de 9% (nove por cento), igual a da tributação pelo lucro real.



As pessoas jurídicas prestadoras de serviços em geral, tanto para as antecipações mensais como para as tributadas com base no lucro presumido, enquadradas no inciso III, do § 1º do art. 15 da Lei n. 9.249/95, tiveram a base de cálculo da CSLL alterada pelo art. 22 da Lei n. 10.684/03, essas empresas aplicarão o percentual de 32% (trinta e dois por cento) sobre a receita bruta, e de 12% (doze por cento) sobre a receita bruta das demais atividades, para incidência da alíquota de 9% (nove por cento)

Segundo Higuchi (2007, p. 55):

o caput do art. 15 da Lei nº 9.249/95 é regra geral, aplicável tanto para as atividades comerciais e industriais como para as prestadoras de serviços. As atividades constantes do § 1º são as exceções. No seu inciso III somente estão as atividades, cujo percentual para determinação da base de cálculo do IRPJ é de 32%. Logo, as atividades de construção por empreitada que aplicam materiais próprios e que utilizam o percentual de 8% na apuração da base de cálculo do IRPJ estão enquadradas no caput do art. 15 da Lei nº 9.249/95, com isso, o percentual aplicável a determinação da base de cálculo da CSLL é de 12%.

Nas atividades de construção por empreitada, o percentual a ser aplicado sobre a receita bruta para determinação da base de cálculo do IR mensal é de 8% (oito por cento) quando houver emprego de materiais, sendo enquadrada no art. 15 da Lei n. 9.249/95 e as que usam exclusivamente mão-de-obra, sem emprego de materiais, o percentual é de 32% (trinta e dois por cento), pois é uma prestação de serviço.

## 2.5 PIS E COFINS

O PIS, apurado mensalmente, foi criado pela LC n. 7, de 07/09/70, que posteriormente sofreu várias alterações, sendo que hoje o PIS é regulado pela Lei n. 9.715/98, alterada pela MP n. 2.158-35/01, e em seu art. 13 diz que a apuração será feita:

- I- pelas pessoas jurídicas de direito privados as que lhes são equiparadas pela legislação do imposto de renda, inclusive as empresas públicas e as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, com base no faturamento do mês;
- II- pelas entidades sem fins lucrativos definidas como empregadoras pela legislação trabalhista e as fundações, com base na folha de salários;
- III- pelas pessoas jurídicas de direito público interno, com base no valor mensal das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas.

A base de cálculo da contribuição para o PIS das pessoas jurídicas com fins lucrativos é determinada pela Lei n. 9.718/98, no art. 2º diz que a contribuição devida será calculada com base no faturamento, sendo que este se refere a receita bruta da pessoa jurídica.

Já o COFINS, foi instituído pela LC n. 70, de 30/12/91, e serve para financiar a seguridade social, calculada sobre o faturamento mensal das pessoas jurídicas ou a elas

equiparadas. Sendo que no campo da não-incidência estão exclusivamente as pessoas físicas. Porém nem toda pessoa jurídica está sujeita ao pagamento de COFINS, pois na CF há algumas imunidades, como mostra o § 7º, do art. 195, e assim Higuchi (2007, p. 812) cita as pessoas jurídicas isentas conforme o referido artigo, "as entidades beneficentes de assistência social, que atendam as exigências estabelecidas em lei, e isenções subjetivas e objetivas concedidas em lei."

A base de cálculo do COFINS é o mesmo que o do PIS, sendo o faturamento das pessoas jurídicas, ou seja, sua receita bruta, conforme dispõe o art. 3º da Lei n. 9.718/98.

### 2.5.1 PIS e COFINS-regime cumulativo-lucro presumido

As pessoas jurídicas que possuem tributação através do lucro presumido, estão incluídas no regime cumulativo do PIS e COFINS descrito na Lei n. 9.718/98, e estão aproveitando a decisão de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal – STF, em relação ao art. 3º e seus parágrafos e não estão incluindo na base de cálculo do PIS e COFINS outras receitas não compreendidas na receita bruta, como receitas financeiras, doações recebidas.

A base de cálculo é o faturamento mensal, ou seja, a receita bruta, que compreende a totalidade das vendas de mercadorias e de serviços, não importando o tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada para as receitas, porém existem algumas exclusões da receita bruta, que estão dispostas no art. 3º, § 2º e incisos da supracitada Lei:

- I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
- II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; *(texto conforme Medida Provisória 2158-35, de 24.8.2001)*
- III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; *(Revogado pela MP 2.158-35, de 24.8.2001)*
- IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.

Assim, as alíquotas do PIS e COFINS para as pessoas jurídicas optantes pelo lucro presumido e que incidirão sobre o faturamento, menos as exclusões citadas, serão de 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento) para o PIS e de 3% (três por cento) para o COFINS.

#### 2.5.2 PIS e COFINS-regime não-cumulativo-lucro real

As empresas optantes pelo lucro real, salvo algumas exceções, que permitem a cobrança do PIS e COFINS pelo regime cumulativo, estão sujeitas ao regime não-cumulativo e foram inseridas pelas Leis n. 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente. E conforme art. 1º da Lei n. 10.637/02 e o art. 1º da Lei n. 10.833/03, o fato gerador dessas contribuições é o faturamento mensal, assim entendido o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, não importando a sua denominação ou classificação contábil, ou seja, o mesmo fato gerador.

A base de cálculo é o faturamento, e não estão incluídas as receitas isentas, decorrentes de venda de ativo permanente, vendas canceladas, descontos incondicionais concedidos e outras descritas nos arts. 1º, § 3º e 15 da Lei n. 10.833/03. E as alíquotas obtiveram um brutal aumento, passando de 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento) a 1,65% (um vírgula sessenta e cinco por cento) para o PIS, e de 3% (três por cento) para 7,6% (sete vírgula seis por cento) para a COFINS, porém algumas operações tiveram redução de alíquotas para zero, entre elas estão as receitas financeiras, exceto os juros sob capital próprio e operações de hedge (art. 1º do Decreto n. 5.164/04).

Para Higuchi (2007, p. 816), em qualquer tributo não-cumulativo permite-se deduzir o montante do tributo, da mesma espécie, pago em operação anterior, porém no caso do PIS e COFINS, a não-cumulatividade é parcial, pois não foi permitida a dedução da contribuição paga em todas as operações imediatamente anteriores. Mas com o PIS e COFINS podem ser feitas algumas deduções de créditos referentes a diversas despesas como energia, aluguéis dentre outras. Sendo que a apuração dessas contribuições será feita por meio de débitos e créditos que requerem controle e alguns cuidados que nos outros impostos não-cumulativos não necessitam.

Assim o regime não-cumulativo permite descontos, como explica Higuchi (2007, p. 816):

o regime não-cumulativo de PIS instituído pela Lei nº 10.637, de 2002, e o de COFINS instituído pela Lei nº 10.833, de 2003, permitem descontar, da contribuição devida, a contribuição cobrada nas operações anteriores listadas no art. 3º. O § 10 desse artigo dispõe que o valor dos créditos apurados de acordo com este artigo não constitui receita bruta da pessoa jurídica, servindo somente para dedução do valor devido da contribuição.



O crédito será determinado aplicando-se a alíquota de 1,65% (um vírgula sessenta e cinco por cento) para o PIS e 7,6% (sete vírgula seis por cento) para o COFINS sobre o valor das mercadorias e insumos adquiridos no mês, sobre a energia elétrica e aluguéis incorridos no mês e encargos de depreciação e amortização de bens mencionados e dos imóveis próprios ou de terceiros, incorridos no mês, dentre outros, pois algumas despesas não geram créditos, como os pagamentos efetuados à pessoas físicas, sendo que todas essas operações devem ocorrer dentro do país.

Existem ainda outras alterações e alíquotas que são concedidas, porém em áreas econômicas que não serão abordadas neste estudo por não estarem englobadas no resultado final do trabalho.

## 2.6 RETENÇÕES DE CSLL, PIS E COFINS

O art. 30 da Lei n. 10.833, de 2003, instituiu a retenção na fonte de CSLL, PIS e COFINS e ficam sujeitos a essa retenção os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção, segurança, vigilância, transporte de valores e locação de mão-de-obra, pela prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, bem como pela remuneração de serviços profissionais. (HIGUCHI, 2007)

A retenção aplica-se inclusive para as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e estão dispensadas de efetuar a retenção as pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte). O valor da contribuição será determinado com a aplicação sobre o montante a ser pago do somatório das alíquotas de 1% (um por cento), referente a CSLL, 3% (três por cento) referente a COFINS e de 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento) referente ao PIS. Porém se a empresa, pessoa jurídica, gozar de isenção de uma ou mais das contribuições, a retenção será feita mediante aplicação das alíquotas específicas correspondentes às contribuições não alcançadas pela isenção.

O art. 5º da Lei n. 10.925, de 2004, acresceu os §§ 3º e 4º ao art. 31 da Lei n. 10.833, de 2003, o primeiro dispensa a retenção das contribuições nos pagamentos de valor igual ou inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e o § 4º diz que ocorrendo mais de um pagamento no

mesmo mês à mesma pessoa jurídica, deverá somar todos os pagamentos do mês para efeito do limite de retenção.

Os valores das contribuições calculados mensalmente deverão ser recolhidos, de forma centralizada, pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica, até o último dia útil do mês subsequente aquele mês em que tiver ocorrido o pagamento à pessoa jurídica prestadora do serviço.

## 2.7 EMPRESAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

O objeto de estudo deste trabalho é a aplicação de um planejamento tributário, em uma empresa do ramo da construção civil, através da tributação dos tributos pelo lucro presumido e lucro real. Neste caso a empresa será uma empreiteira de mão-de-obra que faz parte do ramo da construção civil, por isso cabe destacar alguns conceitos importantes sobre esta área.

Essas empresas possuem suas cargas tributárias elevadas, já que as duas formas de tributação obtém um maior número de impostos e contribuições, e em nosso país um bom planejamento tributário reduziria e ajudaria a controlar os custos.

Assim, para se conhecer um pouco melhor este setor, cabe destacar alguns conceitos básicos, como salienta Costa (2000, p. 13) "as empresas de construção civil executam obras para terceiros sob a administração ou sob empreitada."

A Instrução Normativa - IN n. 69/2002, em seu artigo 2º, inciso XLII dispõe que, "considera-se obra de construção civil a construção, a demolição, a reforma ou a ampliação de edificação ou de qualquer outra benfeitoria agregada ao solo ou ao subsolo."

Assim, cabe destacar que a construção civil abrange não só uma atividade e sim várias, sendo construção propriamente dita e prestação de serviços entre outras. Para se classificar as empresas de construção civil, a Resolução n. 7, de 7 de fevereiro de 1969, da Comissão Técnica Permanente de Estudos Fiscais da Região Centro-Sul, apresenta as seguintes atividades que devem essas empresas realizar:

- a) construção, demolição, reforma ou reparação de prédios ou de outras edificações;
- b) construção e reparação de estradas de ferro e rodagem, inclusive os trabalhos concernentes às estruturas inferior e superior de estradas e obras de arte;
- c) construção e reparação de pontes, viadutos, logradouros públicos e outras obras de urbanismo;
- d) construção de sistemas de abastecimento de água e de saneamento;
- e) execução de obras de terraplanagem, de pavimentação em geral, hidráulicas, marítimas ou fluviais;
- f) execução de obras elétricas e hidroelétricas; e
- g) execução de obras de montagem e construção de estruturas em geral.

Nota-se que as empresas de construção civil possuem características que as diferenciam das demais, podendo ter construções em forma de empreitada, que será executada por uma empreiteira de mão-de-obra, que fornecerá os trabalhadores com ou sem materiais, através de contrato previamente estabelecido entre as partes.

Portanto, é importante conceituar o que seria uma empreiteira de mão-de-obra. Brandli e Jüngles (1998, p. 02) entendem empreiteira de mão-de-obra como:

empresas fornecedoras de mão-de-obra global, responsáveis junto a contratante pela execução da obra. Alguns serviços não executados pela mão-de-obra das empreiteiras são fornecidos pelos subempreiteiros, que são empresas ou operários autônomos que executam serviços específicos, tais como instalação elétrica, hidráulica e gesso.

O ramo da construção civil está sempre em abundante crescimento, é o que se pode ver diariamente nos noticiários, sendo um dos setores que mais geram empregos, principalmente em Santa Catarina. Por isso a importância de se estudar melhor o setor e tentar amenizar de alguma forma sua elevada carga tributária, possibilitando a redução de custos através de planejamentos em todos os setores da empresa, não só na área tributária, que é o objeto de estudo deste trabalho.

### **3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO EM UMA EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA**

O presente capítulo apresenta a empresa estudada, analisando-se suas demonstrações contábeis dos anos de 2005, 2006, 2007 até o mês de outubro e a projeção dos meses de novembro e dezembro de 2007, que foram feitas conforme o crescimento do faturamento mensal da empresa nos anos anteriores, sendo o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, envolvendo os tributos citados anteriormente, o IRPJ, a CSLL, o PIS e a COFINS.

O estudo foi feito mediante a análise das demonstrações contábeis apresentadas e em seguida aplicando-se os sistemas de tributação, Lucro Real e Lucro Presumido, comparando os dois sistemas e demonstrando suas vantagens e desvantagens.

Para a confecção do estudo, buscou-se os dados da empresa, através de sua contabilidade, fornecidos pelo contador responsável.

#### **3.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA ESTUDADA**

A empresa estudada é uma prestadora de serviços e atua no ramo de construção civil, fornecendo somente a mão-de-obra necessária às grandes construtoras do ramo, sem a aplicação de materiais e por questões de privacidade, sua razão social não será aqui citada, sendo assim chamada de empresa Mão-de-Obra Ltda.

Está estabelecida na cidade de São José e sua fundação ocorreu em maio de 1983, seu objeto social é a Prestação de Serviços de Mão-de-Obra na construção civil. A empresa atua hoje na construção de grandes empreendimentos na cidade de Florianópolis, como hotéis renomados.

A empresa possuía em 31 de dezembro de 2006, 68 (sessenta e oito) funcionários, e sua tributação é feita com base no lucro real anual, através de balancetes e balanços de suspensão ou redução, apurados ao final de cada mês e no final do exercício social de cada ano.

#### **3.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA EMPRESA MÃO-DE-OBRA LTDA**

As demonstrações contábeis da Empresa Mão-de-Obra Ltda serão apresentadas a seguir, fazendo-se algumas abordagens.

## 3.2.1 Balanço patrimonial

A Empresa apresentou os seguintes Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2005, 2006 e 2007, que serão demonstrados no Quadro 1 a seguir:

<b>EMPRESA MÃO-DE- OBRA LTDA</b> <b>BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005,</b> <b>2006 E 2007</b> <b>(EM REAIS)</b>			
	2005	2006	2007
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>137.711,54</b>	<b>219.142,96</b>	<b>306.800,14</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>132.748,54</b>	<b>203.178,58</b>	<b>295.815,51</b>
Caixa e Bancos	132.748,54	203.178,58	295.815,51
<b>Impostos a recuperar</b>	<b>4.963,00</b>	<b>15.964,38</b>	<b>10.984,63</b>
IRPJ antecipações	4.963,00	15.014,07	6.865,39
CSLL antecipações	-	950,31	4.119,24
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>204.828,53</b>	<b>180.199,45</b>	<b>192.190,55</b>
<b>Ativo Imobilizado</b>	<b>204.828,53</b>	<b>180.199,45</b>	<b>192.190,55</b>
Máquinas	24.762,00	27.762,00	27.762,00
Equipamentos	2.480,00	2.480,00	2.480,00
Móveis e utensílios	6.218,00	3.218,00	3.218,00
Equipamentos de informática	2.030,00	2.030,00	2.030,00
Veículos comerciais	210.800,00	210.800,00	210.800,00
Linhas telefônicas	1.424,55	1.424,55	1.424,55
Depreciação Acumulada	42.886,02	67.515,10	76.154,38
(-) Dep. Máquinas	11.704,54	14.481,14	17.257,74
(-) Dep. Equipamentos	310,00	557,92	805,84
(-) Dep. Móveis e utensílios	837,12	1.158,84	1.480,56
(-) Dep. Equipamentos de informática	203,00	405,92	608,84
(-) Dep. Veículos comerciais	29.831,36	50.911,28	56.002,40
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>342.540,07</b>	<b>399.342,41</b>	<b>498.990,69</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>12.534,03</b>	-	<b>3.648,27</b>
<b>Obrigações Tributárias</b>	<b>12.534,03</b>	-	<b>3.648,27</b>
Contribuição social a recolher	3.296,23	-	-
Empréstimos MB Financeira	9.237,80	-	3.648,27
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>330.006,04</b>	<b>399.342,41</b>	<b>495.342,42</b>
Capital Social	19.000,00	19.000,00	19.000,00
Reservas de Lucros	10,73	10,73	10,73
Lucros Acumulados	310.995,31	380.331,68	476.331,68
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>342.540,07</b>	<b>399.342,41</b>	<b>498.990,69</b>

**Quadro 1 – Balanços Patrimoniais – Mão-de-Obra Ltda**

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações fornecidas pela contabilidade

Como se pode observar, através da análise geral dos Balanços apresentados, além da conta de caixa e bancos, há a conta de impostos a recuperar referentes ao IRPJ em 2005, 2006

e 2007 e a CSLL em 2006 e 2007, que representa o recolhimento desses dois tributos ao longo do ano.

O ativo imobilizado da empresa possui máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, equipamentos de informática, veículos comerciais e linhas telefônicas, sendo que os veículos são usados para deslocamento dos funcionários e os imóveis são da própria empresa e servem de instalações para os escritórios.

No passivo circulante estão às contas referentes às obrigações tributárias, que incluem a conta de CSLL a recolher e a conta de empréstimo, que foi adquirido para a compra de veículos.

Analisando o Patrimônio Líquido tem-se o valor do capital social da empresa, a conta de reservas de lucros, e ainda a conta de lucros acumulados.

### 3.2.2 Demonstração do resultado do exercício - DRE

Na DRE, encontram-se os valores referentes as receitas obtidas pela empresa, suas deduções e as despesas ocorridas, antes da CSLL e do IRPJ, conforme o Quadro 2 a seguir:

<b>EMPRESA MÃO-DE-OBRA LTDA</b>			
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS</b>			
<b>(EM REAIS)</b>			
	2005	2006	2007
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>2.595.514,90</b>	<b>1.642.128,04</b>	<b>988.897,84</b>
Receita de Prestação de Serviços	2.595.514,90	1.642.128,04	988.897,84
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	<b>163.534,22</b>	<b>114.715,12</b>	<b>120.450,87</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>2.431.980,68</b>	<b>1.527.412,92</b>	<b>868.446,97</b>
<b>(-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>2.235.790,80</b>	<b>1.437.773,15</b>	<b>751.283,46</b>
(-) Despesas com prestação de serviços	2.180.734,87	1.389.953,97	723.564,33
(-) Despesas administrativas	50.829,13	46.593,09	25.657,28
(-) Despesas tributárias	1.140,97	1.226,09	2.061,85
(-) Despesas financeiras	3.085,83	-	-
<b>RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO ANTES DO IRPJ E CSLL</b>	<b>196.189,88</b>	<b>89.639,77</b>	<b>117.163,51</b>
<b>(-) IRPJ E CSLL A RECOLHER</b>	<b>(47.085,56)</b>	<b>(21.513,47)</b>	<b>(28.119,23)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>149.104,32</b>	<b>68.126,30</b>	<b>89.044,28</b>

**Quadro 2 – Demonstração dos Resultados dos Exercícios – Mão-de-Obra Ltda**

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações fornecidas pela contabilidade



Verifica-se que a receita da empresa é composta somente por prestação de serviços, já que se trata de uma empreiteira de mão-de-obra, diferente de uma construtora, pois estas, obtém também receitas através da venda de imóveis, aluguel, etc, e aquela presta somente serviços, fornecendo mão-de-obra.

As deduções da receita referem-se aos impostos e contribuições sobre a receita como o ISS (Imposto sobre Serviços), PIS e COFINS que são descontados da prestação de serviço oferecida pela empresa.

As despesas operacionais dividem-se em despesas com prestação de serviço, administrativas, tributárias e financeiras. Dentre o primeiro grupo estão os gastos com pessoal, INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), alimentação, combustíveis, seguros, 13º salário, indenizações, fretes, entre outras, nas administrativas estão os gastos com pró-labore, energia elétrica, honorários do contador, telefone, Sinduscom (Sindicato das Indústrias da Construção Civil), Aemflo (Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis). Nas tributárias, incluem-se impostos e taxas diversas, como alvará de funcionamento da empresa, IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) dos veículos, e em 2005 ocorreram despesas financeiras, onde foram pagos multas pelo atraso no pagamento do FGTS.

Em seguida observa-se o lucro líquido antes do imposto de renda, e após, o lucro líquido dos exercícios de 2005, 2006 e 2007.

### 3.3 APURAÇÃO DA EMPRESA MÃO-DE-OBRA LTDA – LUCRO PRESUMIDO

Neste tópico será demonstrado como ficariam os montantes a pagar se a empresa adotasse o regime do Lucro Presumido, nos anos de 2005, 2006 e 2007.

#### 3.3.1 Apuração da CSLL e IRPJ

A seguir demonstram-se as apurações da CSLL e do IRPJ dos anos de 2005, 2006 e 2007, sendo que esses tributos foram calculados com base no faturamento e serão demonstrados trimestralmente por ser o período de apuração normal desses tributos.

A base de cálculo da CSLL é a receita de prestação de serviços aplicando-se a alíquota de 32% (trinta e dois por cento), não aplica-se a alíquota de 8% (oito por cento), pois a empresa não fornece materiais, e a empresa não auferiu nenhuma receita financeira, assim aplica-se a alíquota de 9% (nove por cento) diretamente sobre a base de cálculo.

Em 2006, a empresa obteve um prejuízo no mês de dezembro, sendo que seu faturamento foi zero, pois foram concedidas férias coletivas a todos os funcionários e apresentou custos e despesas no valor de R\$ 45.769,28 (quarenta e sete mil setecentos e sessenta e nove reais e vinte e oito centavos) nos quadros 3, 4 e 5 a seguir estão demonstradas as apurações dessa contribuição.

TRIMESTRE	RECEITA DE SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO(32%)	CSLL DEVIDA (9%)
1º Trimestre	540.049,10	172.815,71	15.553,41
2º Trimestre	451.670,04	144.534,41	13.008,09
3º Trimestre	782.505,20	250.401,66	22.536,15
4º Trimestre	821.290,66	262.813,01	23.653,17
<b>TOTAL</b>	<b>2.595.514,90</b>	<b>830.564,79</b>	<b>74.750,82</b>

**Quadro 3 – Apuração da CSLL 2005 – Lucro Presumido – Mão-de-Obra Ltda**

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações fornecidas pela contabilidade

TRIMESTRE	RECEITA DE SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO (32%)	CSLL DEVIDA (9%)
1º Trimestre	503.016,78	160.965,36	14.486,88
2º Trimestre	589.675,37	188.696,11	16.982,65
3º Trimestre	341.500,29	109.280,09	9.835,20
4º Trimestre	207.935,78	66.539,44	5.988,55
<b>TOTAL</b>	<b>1.642.128,04</b>	<b>525.481,00</b>	<b>47.293,28</b>

**Quadro 4 – Apuração da CSLL 2006 – Lucro Presumido – Mão-de-Obra Ltda**

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações fornecidas pela contabilidade

TRIMESTRE	RECEITA DE SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO (32%)	CSLL DEVIDA (9%)
1º Trimestre	196.113,01	62.756,16	5.648,05
2º Trimestre	202.869,50	64.918,25	5.842,64
3º Trimestre	270.060,97	86.419,51	7.777,75
4º Trimestre	319.854,36	102.353,39	9.211,80
<b>TOTAL</b>	<b>988.897,84</b>	<b>316.447,31</b>	<b>28.480,24</b>

**Quadro 5 – Apuração da CSLL 2007 – Lucro Presumido – Mão-de-Obra Ltda**

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações fornecidas pela contabilidade



Seguem-se as apurações do IRPJ nos Quadros 6, 7 e 8 caso o lucro presumido fosse adotado nos anos de 2005, 2006 e 2007.

TRIMESTRE	RECEITA DE SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO (32%)	IRPJ DEVIDO (15%)	ADICIONAL IRPJ DEVIDO (10%)
1º Trimestre	540.049,10	172.815,71	25.922,35	11.281,57
2º Trimestre	451.670,04	144.534,41	21.680,16	8.453,44
3º Trimestre	782.505,20	250.401,66	37.560,25	19.040,16
4º Trimestre	821.290,66	262.813,01	39.421,95	20.281,30
<b>TOTAL</b>	<b>2.595.514,90</b>	<b>830.564,79</b>	<b>124.584,71</b>	<b>59.056,47</b>

**Quadro 6 – Apuração do IRPJ 2005 – Lucro Presumido – Mão-de-Obra Ltda**

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações fornecidas pela contabilidade

TRIMESTRE	RECEITA DE SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO(32%)	IRPJ DEVIDO(15%)	ADICIONAL IRPJ DEVIDO (10%)
1º Trimestre	503.016,78	160.965,36	24.144,80	10.096,53
2º Trimestre	589.675,33	188.696,11	28.304,41	12.869,61
3º Trimestre	341.500,29	109.280,09	16.392,01	4.928,01
4º Trimestre	207.935,78	66.539,44	9.980,91	653,94
<b>TOTAL</b>	<b>1.642.128,04</b>	<b>525.481,00</b>	<b>78.822,13</b>	<b>28.548,09</b>

**Quadro 7 – Apuração do IRPJ 2006 – Lucro Presumido – Mão-de-Obra Ltda**

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações fornecidas pela contabilidade

TRIMESTRE	RECEITA DE SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO(32%)	IRPJ DEVIDO (15%)	ADICIONAL IRPJ DEVIDO (10%)
1º Trimestre	196.113,01	62.756,16	9.413,42	275,61
2º Trimestre	202.869,50	64.918,25	9.737,73	491,82
3º Trimestre	270.060,97	86.419,51	12.962,92	2.641,95
4º Trimestre	319.854,36	102.353,39	15.353,00	4.235,34
<b>TOTAL</b>	<b>988.897,84</b>	<b>316.447,31</b>	<b>47.467,07</b>	<b>7.644,72</b>

**Quadro 8 – Apuração do IRPJ 2007 – Lucro Presumido – Mão-de-Obra Ltda**

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações fornecidas pela contabilidade

Conforme demonstrado nos Quadros 6, 7 e 8, o IRPJ tem alíquota de 32% (trinta e dois por cento) para as receitas de prestação de serviços, aplicando-se em seguida a alíquota de 15% (quinze por cento) e o adicional que é calculado sobre a parcela da base de cálculo

trimestral que exceder R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), aplicando-se a alíquota de 10% (dez por cento).

### 3.3.2 Apuração da COFINS e do PIS

A seguir serão apresentadas as apurações dos anos de 2005, 2006 e 2007 das contribuições como a COFINS e o PIS, caso o lucro presumido fosse adotado pela empresa, seguindo o regime cumulativo.

MÊS	RECEITA TOTAL	COFINS DEVIDO (3%)	PIS DEVIDO (0,65%)
jan/05	222.391,61	6.671,74	1.445,54
fev/05	168.870,28	5.066,10	1.097,65
mar/05	148.787,41	4.463,62	967,11
abr/05	145.844,63	4.375,33	947,99
mai/05	130.249,30	3.907,47	846,62
jun/05	175.576,21	5.267,28	1.141,24
jul/05	188.648,52	5.659,45	1.226,21
ago/05	313.918,05	9.417,54	2.040,46
set/05	279.938,53	8.398,15	1.819,60
out/05	265.952,28	7.978,56	1.728,68
nov/05	280.567,72	8.417,03	1.823,69
dez/05	274.770,66	8.243,11	1.786,09
<b>TOTAL</b>	<b>2.595.514,90</b>	<b>77.865,38</b>	<b>16.870,88</b>

**Quadro 9 – Apuração da COFINS e PIS 2005 – Lucro Presumido – Mão-de-Obra Ltda**

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações fornecidas pela contabilidade

MÊS	RECEITA TOTAL	COFINS DEVIDO (3%)	PIS DEVIDO (0,65%)
jan/06	218.042,83	6.541,28	1.417,27
fev/06	130.621,63	3.918,64	849,04
mar/06	154.352,32	4.630,56	1.003,29
abr/06	146.995,60	4.409,86	955,47
mai/06	260.472,47	7.814,17	1.693,07
jun/06	182.207,26	5.466,21	1.184,34
jul/06	89.282,66	2.678,47	580,33
ago/06	120.525,26	3.615,75	783,41
set/06	131.692,37	3.950,77	856,00
out/06	80.944,44	2.428,33	526,13
nov/06	126.991,58	3.809,74	825,44
dez/06	0,00	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.642.128,04</b>	<b>49.263,78</b>	<b>10.673,79</b>

**Quadro 10 – Apuração da COFINS e PIS 2006 – Lucro Presumido – Mão-de-Obra Ltda**

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações fornecidas pela contabilidade

MÊS	RECEITA TOTAL	COFINS DEVIDO (3%)	PIS DEVIDO (0,65%)
jan/07	60.263,80	1.807,91	391,71
fev/07	63.352,21	1.900,56	411,78
mar/07	72.497,00	2.174,91	471,23
abr/07	55.314,60	1.659,43	359,54
mai/07	53.638,20	1.609,14	348,64
jun/07	93.916,72	2.817,50	610,45
jul/07	102.442,57	3.073,27	665,87
ago/07	86.834,45	2.605,03	564,42
set/07	80.783,96	2.423,51	525,09
out/07	101.460,55	3.043,81	659,49
nov/07	106.533,57	3.196,00	692,46
dez/07	111.860,24	3.355,80	727,09
<b>TOTAL</b>	<b>949.897,87</b>	<b>29.666,87</b>	<b>6.427,77</b>

**Quadro 11 – Apuração da COFINS e PIS 2007 – Lucro Presumido – Mão-de-Obra Ltda**

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações fornecidas pela contabilidade

Os Quadros anteriores mostram as apurações da COFINS e do PIS pelo regime cumulativo, sendo que a base de cálculo é a receita total das prestações de serviços, aplicando-se a alíquota de 3% (três por cento) para o COFINS e de 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco centavos) para o PIS.

### 3.4 APURAÇÃO DA EMPRESA MÃO-DE-OBRA LTDA – LUCRO REAL

Neste tópico será demonstrado como ficariam os montantes a pagar se a empresa adotasse o regime do Lucro Real Anual, nos anos de 2005, 2006 e 2007.

#### 2.4.1 Apuração da CSSL e do IRPJ

A seguir serão apresentadas as apurações da CSSL e do IRPJ de 2005, 2006 e 2007, sendo que a CSSL teve como base de cálculo o lucro mensal acumulado, deduzindo-se as despesas e outros encargos, aplicando-se uma alíquota de 9% (nove por cento) e o IRPJ teve a mesma base de cálculo da contribuição, aplicando-se uma alíquota de 15% (quinze por cento) e o adicional de 10% (dez por cento). Nos Quadros 12, 13 e 14 a seguir, demonstra-se as apurações.

MÊS	BASE DE CÁLCULO (Resultado Contábil)	BASE DE CÁLCULO ACUMULADO	CSLL (9%)	TOTAL PAGO ATÉ O MÊS ANTERIOR	TOTAL A PAGAR NO MÊS
jan/05	16.287,00	16.287,00	1.465,83	-	1.465,83
fev/05	13.488,00	29.775,00	2.679,75	1.465,83	1.213,92
mar/05	13.094,88	42.869,88	3.858,28	2.679,75	1.178,53
abr/05	12.630,00	55.499,88	4.994,98	3.858,28	1.136,70
mai/05	9.292,00	64.791,88	5.831,26	4.994,98	836,28
jun/05	12.580,00	77.371,88	6.963,46	5.831,26	1.132,20
jul/05	14.964,00	92.335,88	8.310,22	6.963,46	1.346,76
ago/05	23.620,00	115.955,88	10.436,02	8.310,22	2.125,80
set/05	19.881,00	135.836,88	12.225,31	10.436,02	1.789,29
out/05	19.411,00	155.247,88	13.972,30	12.225,31	1.746,99
nov/05	21.581,00	176.828,88	15.914,59	13.972,30	1.942,29
dez/05	19.361,00	196.189,88	17.657,08	15.914,59	1.742,49
<b>TOTAL</b>	<b>196.189,88</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17.657,08</b>

**Quadro 12 – Apuração da CSLL 2005 – Lucro Real – Mão-de-Obra Ltda**

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações fornecidas pela contabilidade

MÊS	BASE DE CÁLCULO (Resultado Contábil)	BASE DE CÁLCULO ACUMULADO	CSLL (9%)	TOTAL PAGO ATÉ O MÊS ANTERIOR	TOTAL A PAGAR NO MÊS	CSLL A RECUPERAR EM 2007
jan/06	16.871,66	16.871,66	1.518,44	-	1.518,44	-
fev/06	13.244,44	30.116,10	2.710,44	1.518,44	1.192,00	-
mar/06	12.746,66	42.862,76	3.857,64	2.710,44	1.147,20	-
abr/06	12.247,77	55.110,53	4.959,94	3.857,64	1.102,30	-
mai/06	19.822,88	74.933,41	6.744,00	4.959,94	1.784,06	-
jun/06	13.718,44	88.651,85	7.978,66	6.744,00	1.234,66	-
jul/06	7.094,44	95.746,29	8.617,16	7.978,66	638,50	-
ago/06	8.246,11	103.992,40	9.359,31	8.617,16	742,15	-
set/06	10.382,22	114.374,62	10.293,71	9.359,31	934,40	-
out/06	7.475,55	121.850,17	10.966,51	10.293,71	672,80	-
nov/06	13.558,88	135.409,05	12.186,81	10.966,51	1.220,30	-
dez/06	-45.769,28	89.639,77	8.067,57	12.186,81	0,00	4.119,24
<b>TOTAL</b>	<b>89.639,77</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.186,81</b>	<b>4.119,24</b>

**Quadro 13 – Apuração da CSLL 2006 – Lucro Real – Mão-de-Obra Ltda**

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações fornecidas pela contabilidade

MÊS	BASE DE CÁLCULO (Resultado Contábil)	BASE DE CÁLCULO ACUMULADO	CSLL (9%)	TOTAL PAGO ATÉ O MÊS ANTERIOR	TOTAL A PAGAR NO MÊS
jan/07	13.028,07	13.028,07	1.172,52	-	1.172,52
fev/07	10.582,21	23.610,28	2.124,92	1.172,52	952,40
mar/07	10.109,32	33.719,60	3.034,76	2.124,92	909,84
abr/07	9.635,38	43.354,98	3.901,94	3.034,76	867,18
mai/07	14.831,73	58.186,71	5.236,80	3.901,94	1.334,86
jun/07	11.032,51	69.219,22	6.229,72	5.236,80	992,92
jul/07	6.739,71	75.958,93	6.836,30	6.229,72	606,58
ago/07	7.833,80	83.792,73	7.541,34	6.836,30	705,04
set/07	7.863,10	91.655,83	8.249,02	7.541,34	707,68
out/07	5.101,77	96.757,60	8.708,18	8.249,02	459,16
nov/07	9.880,93	106.638,53	9.597,46	8.708,18	889,28
dez/07	10.524,98	117.163,51	10.544,71	9.597,46	947,25
<b>TOTAL</b>	<b>117.163,51</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.544,71</b>

**Quadro 14 – Apuração da CSLL 2007 – Lucro Real – Mão-de-Obra Ltda**

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações fornecidas pela contabilidade

Como ficou demonstrado nos Quadros anteriores, não ocorreram adições nem exclusões que pudessem alterar o resultado contábil dos meses, por isso já ficou demonstrada a base de cálculo e a aplicação da alíquota diretamente.

A empresa pagou no ano de 2006, R\$ 12.186,81 (doze mil cento e oitenta e seis reais e oitenta e um centavo) de CSLL e o devido foi de R\$ 8.067,57 (oito mil sessenta e sete reais e cinquenta e sete centavos), sendo que ficou de CSLL a recuperar para o ano seguinte R\$ 4.119,24 (quatro mil cento e dezenove reais e vinte e quatro centavos).

O IRPJ de 2005 foi calculado aplicando-se a alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o resultado contábil, e não foi aplicado o adicional de 10% (dez por cento) em nenhum mês.

Em seguida serão demonstradas as apurações do IRPJ dos anos de 2005, 2006 e 2007 nos Quadros 15, 16 e 17. Seguem o mesmo padrão de apuração que a CSLL.

MÊS	BASE DE CÁLCULO (Resultado Contábil)	BASE DE CÁLCULO ACUMULADO	IRPJ (15%)	TOTAL PAGO ATÉ O MÊS ANTERIOR	TOTAL A PAGAR NO MÊS
jan/05	16.287,00	16.287,00	2.443,05	-	2.443,05
fev/05	13.488,00	29.775,00	4.466,25	2.443,05	2.023,20
mar/05	13.094,88	42.869,88	6.430,48	4.466,25	1.964,23
abr/05	12.630,00	55.499,88	8.324,98	6.430,48	1.894,50
mai/05	9.292,00	64.791,88	9.718,78	8.324,98	1.393,80
jun/05	12.580,00	77.371,88	11.605,78	9.718,78	1.887,00
jul/05	14.964,00	92.335,88	13.850,38	11.605,78	2.244,60
ago/05	23.620,00	115.955,88	17.393,38	13.850,38	3.543,00
set/05	19.881,00	135.836,88	20.375,53	17.393,38	2.982,15
out/05	19.411,00	155.247,88	23.287,18	20.375,53	2.911,65
nov/05	21.581,00	176.828,88	26.524,33	23.287,18	3.237,15
dez/05	19.361,00	196.189,88	29.428,48	26.524,33	2.904,15
<b>TOTAL</b>	<b>196.189,88</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>29.428,48</b>

**Quadro 15 – Apuração do IRPJ 2005 – Lucro Real – Mão-de-Obra Ltda.**

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações fornecidas pela contabilidade

MÊS	BASE DE CÁLCULO (Resultado Contábil)	BASE DE CÁLCULO ACUMULADO	IRPJ (15%)	TOTAL PAGO ATÉ O MÊS ANTERIOR	TOTAL A PAGAR NO MÊS	CSLL A RECUPERAR EM 2007
jan/06	16.871,66	16.871,66	2.530,75	-	2.530,75	-
fev/06	13.244,44	30.116,10	4.517,41	2.530,75	1.986,66	-
mar/06	12.746,66	42.862,76	6.429,41	4.517,41	1.912,00	-
abr/06	12.247,77	55.110,53	8.266,57	6.429,41	1.837,16	-
mai/06	19.822,88	74.933,41	11.240,01	8.266,57	2.973,43	-
jun/06	13.718,44	88.651,85	13.297,77	11.240,01	2.057,76	-
jul/06	7.094,44	95.746,29	14.361,94	13.297,77	1.064,16	-
ago/06	8.246,11	103.992,40	15.598,86	14.361,94	1.236,92	-
set/06	10.382,22	114.374,62	17.156,19	15.598,86	1.557,33	-
out/06	7.475,55	121.850,17	18.277,52	17.156,19	1.121,33	-
nov/06	13.558,88	135.409,05	20.311,35	18.277,52	2.033,83	-
dez/06	-45.769,28	89.639,77	13.445,96	20.311,35	0,00	6.865,39
<b>TOTAL</b>	<b>89.639,77</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.311,35</b>	<b>6.865,39</b>

**Quadro 16 – Apuração do IRPJ 2006 – Lucro Real – Mão-de-Obra Ltda**

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações fornecidas pela contabilidade



MÊS	BASE DE CÁLCULO (Resultado Contábil)	BASE DE CÁLCULO ACUMULADO	IRPJ (15%)	TOTAL PAGO ATÉ O MÊS ANTERIOR	TOTAL A PAGAR NO MÊS
jan/07	13.028,07	13.028,07	1.954,21	-	1.954,21
fev/07	10.582,21	23.610,28	3.541,54	1.954,21	1.587,33
mar/07	10.109,32	33.719,60	5.057,94	3.541,54	1.516,40
abr/07	9.635,38	43.354,98	6.503,24	5.057,94	1.445,30
mai/07	14.831,73	58.186,71	8.728,00	6.503,24	2.224,76
jun/07	11.032,51	69.219,22	10.382,88	8.728,00	1.654,88
jul/07	6.739,71	75.958,93	11.393,83	10.382,88	1.010,95
ago/07	7.833,80	83.792,73	12.568,90	11.393,83	1.175,07
set/07	7.863,10	91.655,83	13.748,37	12.568,90	1.179,47
out/07	5.101,77	96.757,60	14.513,64	13.748,37	765,27
nov/07	9.880,93	106.638,53	15.995,77	14.513,64	1.482,13
dez/07	10.524,98	117.163,51	17.574,52	15.995,77	1.578,75
<b>TOTAL</b>	<b>117.163,51</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17.574,52</b>

**Quadro 17 – Apuração do IRPJ 2007 – Lucro Real – Mão-de-Obra Ltda**

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações fornecidas pela contabilidade

#### 3.4.2 Apuração da COFINS e do PIS

A seguir serão apresentadas as apurações dos anos de 2005, 2006 e 2007 das contribuições como a COFINS e o PIS, caso o lucro real fosse adotado pela empresa, seguindo o regime não-cumulativo.

MÊS	RECEITA TOTAL	COFINS DEVIDO (7,60%)	PIS DEVIDO (1,65%)
jan/05	222.391,61	16.901,76	3.669,46
fev/05	168.870,08	12.834,12	2.786,35
mar/05	148.787,41	11.307,84	2.454,99
abr/05	145.844,63	11.084,19	2.406,43
mai/05	130.249,30	9.898,94	2.149,11
jun/05	175.576,21	13.343,79	2.897,00
jul/05	188.648,52	14.337,28	3.112,70
ago/05	313.918,05	23.857,77	5.179,64
set/05	279.938,53	21.275,32	4.618,98
out/05	265.952,28	20.212,37	4.388,21
nov/05	280.567,72	21.323,14	4.629,36
dez/05	274.770,66	20.882,57	4.533,71
<b>TOTAL</b>	<b>2.595.514,90</b>	<b>197.259,09</b>	<b>42.825,94</b>

**Quadro 18 – Apuração da COFINS e PIS 2005 – Lucro Real – Mão-de-Obra Ltda**

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações fornecidas pela contabilidade



MÊS	RECEITA TOTAL	COFINS DEVIDO (7,60%)	PIS DEVIDO (1,65%)
jan/06	218.042,83	16.571,25	3.597,70
fev/06	130.621,63	9.927,24	2.155,25
mar/06	154.352,32	11.730,77	2.546,81
abr/06	146.995,60	11.171,66	2.425,42
mai/06	260.472,47	19.795,90	4.297,80
jun/06	182.207,26	13.847,75	3.006,41
jul/06	89.282,66	6.785,48	1.473,16
ago/06	120.525,26	9.159,91	1.988,66
set/06	131.692,37	10.008,62	2.172,92
out/06	80.944,44	6.151,77	1.335,58
nov/06	126.991,48	9.651,35	2.095,35
dez/06	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.642.128,04</b>	<b>124.801,70</b>	<b>27.095,06</b>

**Quadro 19 – Apuração da COFINS e PIS 2006 – Lucro Real – Mão-de-Obra Ltda**

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações fornecidas pela contabilidade

	RECEITA TOTAL	COFINS DEVIDO (7,60%)	PIS DEVIDO (1,65%)
jan/07	60.263,80	4.580,04	994,35
fev/07	63.352,21	4.814,76	1.045,31
mar/07	72.497,00	5.509,77	1.196,20
abr/07	55.314,60	4.203,90	912,69
mai/07	53.638,20	4.076,50	885,03
jun/07	93.916,72	7.137,67	1.549,62
jul/07	102.442,57	7.785,63	1.690,30
ago/07	86.834,45	6.599,41	1.432,76
set/07	80.783,96	6.139,58	1.332,93
out/07	101.460,55	7.711,00	1.674,10
nov/07	106.533,57	8.096,55	1.757,80
dez/07	111.860,24	8.501,37	1.845,69
<b>TOTAL</b>	<b>949.897,87</b>	<b>75.156,18</b>	<b>16.316,78</b>

**Quadro 20 – Apuração da COFINS e PIS 2007 – Lucro Real – Mão-de-Obra Ltda**

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações fornecidas pela contabilidade

Observando-se os Quadros acima, percebe-se que a apuração da COFINS e do PIS pelo Lucro Real é igual à apuração feita no Lucro Presumido, pois como se trata de uma empresa exclusivamente prestadora de serviços, a base de cálculo será o faturamento, e a empresa não auferiu nenhuma receita com aluguel, financeira e qualquer outra que pudesse alterar o valor da base de cálculo, e não possui nenhum crédito não-cumulativo, pois teria somente gastos com energia elétrica, porém os valores são irrelevantes, alterando somente em centavos o valor mensal a ser pago, não sendo assim utilizado pela contabilidade. Somente a

alíquota é diferenciada nas duas formas de tributação, no Lucro Real a COFINS é de 7,6% (sete vírgula seis por cento) e o PIS de 1,65% (um vírgula sessenta e cinco por cento).

## 2.5 LUCRO PRESUMIDO X LUCRO REAL

Assim, pode-se concluir que a forma de tributação já utilizada pela contabilidade para a apuração dos impostos e contribuições da empresa, ou seja, o lucro real, é realmente a menos onerosa para a organização, conforme os anos de 2005, 2006 e 2007, com base nesses resultados, pode a empresa adotar em 2008 o lucro real, pois como ficou demonstrado, este sistema de tributação será o mais benéfico já que ela possui lucros pequenos, podendo assim a empresa reduzir um pouco de seus custos, pois se ela fosse tributada através de lucro presumido sua carga de tributos a pagar seria maior, mostrando assim a importância de um planejamento tributário e a atuação do profissional contábil em verificar essa diferença na forma de tributação.

No Quadro a seguir mostra-se o quanto a empresa pagaria nos anos de 2005, 2006 e 2007 pelo lucro presumido e lucro real para se verificar com mais clareza o exposto acima.

	<b>LUCRO PRESUMIDO</b>	<b>LUCRO REAL</b>	<b>L.P.XL.R.</b>
<b>2005</b>	353.128,26	287.170,59	65.957,65
<b>2006</b>	214.601,07	173.410,26	41.190,81
<b>2007</b>	119.686,67	119.592,19	94,48
<b>TOTAL</b>	<b>687.416,00</b>	<b>580.173,04</b>	<b>107.242,94</b>

**Quadro 21 –Lucro Presumido X Lucro Real – Totais Anuais**

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações fornecidas pela contabilidade

Observa-se que a tributação através do lucro real tem valores menores que a tributação feita através do lucro presumido, isso se deve muito ao fato de que a empresa não possui nenhuma receita financeira ou com aluguéis, como ocorre em outras empresas, pois estes entram na base de cálculo do lucro real, a empresa estudada somente presta serviços sem o fornecimento de materiais, não incidindo assim o percentual de 8% (oito por cento), ficando o lucro real mais vantajoso.

Nos Quadros a seguir apresenta-se o comparativo final incluindo todos os tributos pesquisados.

2005	CSLL	IRPJ	COFINS	PIS	TOTAL
LUCRO PRESUMIDO	74.750,82	183.641,18	77.865,38	16.870,88	353.128,06
LUCRO REAL	17.657,08	29.428,48	197.259,09	42.825,94	287.170,59
DIFERENÇA	(57.093,74)	(154.212,70)	119.393,71	25.955,06	(65.957,65)

**Quadro 22 - Lucro Presumido X Lucro Real – 2005 - Apuração Total**

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações fornecidas pela contabilidade

2006	CSLL	IRPJ	COFINS	PIS	TOTAL
LUCRO PRESUMIDO	47.293,28	107.370,22	49.263,78	10.673,79	214.601,07
LUCRO REAL	8.067,57	13.445,93	124.801,70	27.095,06	173.410,26
DIFERENÇA	(39.225,71)	(93.924,29)	75.537,92	16.421,27	(41.190,81)

**Quadro 23 - Lucro Presumido X Lucro Real – 2006 - Apuração Total**

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações fornecidas pela contabilidade

2007	CSLL	IRPJ	COFINS	PIS	TOTAL
LUCRO PRESUMIDO	28.480,24	55.111,79	29.666,87	6.427,77	119.686,67
LUCRO REAL	10.544,71	17.574,52	75.156,18	16.316,78	119.592,19
DIFERENÇA	(17.935,53)	(37.537,27)	45.489,31	9.889,01	94,48

**Quadro 24 - Lucro Presumido X Lucro Real – 2007 - Apuração Total**

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações fornecidas pela contabilidade

Analisando-se os Quadros anteriores verifica-se que a diferença no pagamento do IRPJ e da CSLL no lucro real é menor que no lucro presumido, já que nesta forma de tributação a alíquota incide sobre a receita bruta total auferida no ano, já no lucro real a base de cálculo é somente o lucro líquido, já deduzidos as despesas e encargos, sendo que a empresa obteve muitas despesas durante o ano.

A COFINS e o PIS tiveram uma maior economia no lucro presumido, porém deve-se levar em consideração que a alíquota desses tributos é maior no regime de lucro real, sendo de 7,6% (sete vírgula seis por cento) e 1,65% (um vírgula sessenta e cinco por cento), respectivamente, e a base de cálculo foi a mesma nos dois regimes, já que no lucro real as únicas deduções eram de créditos de energia elétrica, mas como eram em pequenas quantidades, onde na maioria dos meses não chegou a R\$ 100,00 (cem reais), não foram feitas as deduções, e mesmo assim no total geral observa-se que o lucro real é mais econômico.

Analisando-se os montantes totais envolvendo os quatro tributos, chegou-se a conclusão de que o lucro real, ao que tudo indica e mantida as mesmas condições, seria a

melhor forma de tributação para a empresa adotar em 2008, pois teve uma economia total nos anos analisados de R\$ 107.242,94 (cento e sete mil duzentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos) (R\$ 65.957,65 (sessenta e cinco mil novecentos e cinqüenta e sete reais e sessenta e cinco centavos) + R\$ 41.190,81 (quarenta e um mil cento e noventa reais e oitenta e um centavos) + R\$ 94,48 (noventa e quatro reais e quarenta e oito centavos)) em relação ao lucro presumido.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho monográfico, procurou-se mostrar a importância da estrutura de um bom planejamento tributário em uma empresa do ramo da construção civil, mais especificamente uma empreiteira de mão-de-obra.

Para tanto foram analisados somente os impostos e contribuições como IRPJ, a CSLL, a COFINS e o PIS, e comparando-se os regimes de tributação, lucro presumido e lucro real, para posterior verificação de qual foi mais benéfico para a empresa em termos de redução de custos tributários e aquele que poderia ser optado em 2008, conforme a análise feita dos anos anteriores estudados

Foram analisados os anos de 2005, 2006, 2007 até o mês de outubro e a projeção de novembro e dezembro de 2007, sendo que a empresa já utiliza o regime de lucro real, e pela análise feita chegou-se a conclusão de que realmente a tributação que a empresa adota poderá ser a mais vantajosa para se optar em 2008, pois os três anos anteriores foram tributados pelo lucro real.

Porém deve a empresa estar atenta ao fato de que a opção deve ser revista ao começo de cada ano, verificando-se qual o melhor regime que se enquadra a sua situação atual, para tanto devem-se considerar as previsões de receitas e despesas a serem auferidas ou incorridas.

Assim, chegou-se ao objetivo geral proposto, pois ficou demonstrado que se a empresa adotar o sistema de tributação lucro real em 2008, levando-se em conta o planejamento feito.

Analisando-se os anos estudados, a empresa obterá menor carga tributária se adotar o lucro real, pois em três anos seguidos, 2005, 2006 e 2007 esta forma de tributação se mostrou a menos onerosa, porém, mesmo que a empresa adote o lucro real em 2008, e se tivesse sido feito uma projeção também para o ano citado, não se pode garantir 100% (cem por cento) que a opção será a mais benéfica.

Quanto aos objetivos específicos do trabalho, explicar o referencial teórico relacionado ao lucro presumido e lucro real e sobre os impostos e contribuições estudados, os resultados foram alcançados na fundamentação teórica, onde buscou-se destacar os principais pontos relacionados a estes temas, quanto aos benefícios do planejamento tributário, ficou de forma mais clara no estudo de caso demonstrado esses benefícios, sendo que o planejamento se torna uma nova forma de as empresas reduzirem seus custos.

Assim, com todas as vantagens e desvantagens apresentadas ao final da elaboração do planejamento tributário, pode-se destacar a sua importância para as empresas que atuam no mercado cada vez mais globalizado, sendo ferramenta importante de diferenciação, estando às

empresas que utilizam deste mecanismo um passo à frente de suas concorrentes, já que conseguem reduzir um pouco seus custos.

Não se pode deixar de destacar a figura do profissional contábil que tem papel fundamental na elaboração de um bom planejamento tributário, buscando formas de economia para a organização que poderá investir mais em outros negócios.

Portanto, como sugestão para trabalhos futuros sobre planejamento tributário, deve-se enfocar além dos tributos estudados neste trabalho, todos os impostos e contribuições que uma empresa paga a todas as esferas, municipal, estadual e federal, e ainda utilizando-se outros ramos de atividade, para se mostrar a importância do planejamento em todos os setores do mercado.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Gilberto Luiz do. **A nova ótica do planejamento tributário**. Novembro, 2004. Disponível em:

<[http://www.ibpt.com.br/arquivos/a\\_nova\\_otica\\_do\\_planejamento\\_tributario.doc](http://www.ibpt.com.br/arquivos/a_nova_otica_do_planejamento_tributario.doc)>. Acesso em: 20 set. 2006.

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Imposto de renda das empresas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (Brasil). **Lucro real**. Disponível em:

<<http://www.bb.com.br/portal/emp/mpe/dwn/lucroreal.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (Brasil). **Lucro presumido**. Disponível em:

<<http://www.bb.com.br/portal/emp/mpe/dwn/lucropresumido.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2006.

BARBOZA, Jovi Vieira. **Planejamento tributário. As formas de tributação do IR e as opções de planejamento tributário para microempresas e empresas de pequeno porte**. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8595>>. Acesso em: 31 jan. 2006.

BRANDLI, Luciana Londero; JÜNGLES, Antônio Edésio. **Relacionamento empresa construtora/subcontratante: realidade e tendências à luz de casos práticos**. Disponível em: <[http://congr\\_tgpe.pcc.usp.br/anais/Pg551a558.pdf](http://congr_tgpe.pcc.usp.br/anais/Pg551a558.pdf)>. Acesso em: 16 out. 2007.

BRASIL. **Constituição Federal – Código Comercial, Tributário Nacional, Processo Civil, Civil (Excertos) e Legislação Complementar** São Paulo, Manole, 2005.

BRASIL. Decreto n. 3.000, de 26 de março de 1999. **Regulamento do Imposto de Renda**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/RIR/L2Parte1.htm>> . Acesso em: 22 ago. 2007.

BRASIL. Decreto n. 5.164, de 30 de julho de 2004. **Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas à incidência não-cumulativa das referidas contribuições**. Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2004/dec5164.htm>>. Acesso em: 13 out. 2007.

BRASIL. Instrução Normativa n. 69, de 10 de maio de 2002. **Dispõe sobre as normas e os procedimentos aplicáveis à atividade de construção civil de responsabilidade da pessoa jurídica e de pessoa física**. Disponível em:

<<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/38/INSS-DC/2002/69.htm>>. Acesso em: 13 out. 2007.

BRASIL. Instrução Normativa n. 93, de 24 de dezembro de 1997. **Dispõe sobre a apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas a partir do ano calendário de 1997**. Disponível em:



<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/Ant2001/1997/insrf09397.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

BRASIL. Lei n. 4.502, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4502.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4502.htm)>. Acesso em: 22 ago. 2007.

BRASIL. Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966. **Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e Institui Normas de Direito Tributário aplicáveis a União, Estados e Municípios.** Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/CodTributNaci/ctn.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

BRASIL. Lei n. 7.689, de 15 de dezembro de 1988. **Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1988/7689.htm>>. Acesso em: 10 out. 2007.

BRASIL. Lei n. 8.034, de 12 de abril de 1990. **Altera a legislação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L8034.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

BRASIL. Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990. **Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8137.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8137.htm)>. Acesso em: 21 ago. 2007.

BRASIL. Lei n. 8.981, de 20 de janeiro de 1995. **Altera a legislação tributária Federal e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8981.htm>>. Acesso em: 21 ago. 2007.

BRASIL. Lei do Ajuste Tributário n. 9.065, de 20 de junho de 1995. **Dá nova redação a dispositivos da Lei n. 8.981, de 20 de janeiro de 1995, que altera a legislação tributária federal, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9065.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9065.htm)>. Acesso em: 13 out. 2007.

BRASIL. Lei n. 9.249, de 26 de dezembro de 1995. **Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/Ant2001/lei924995.htm>>. Acesso em: 21 ago. 2007.

BRASIL. Lei n. 9.316, de 22 de novembro de 1996. **Altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9316.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9316.htm)>. Acesso em: 13 out. 2007.

BRASIL. Lei do Ajuste Tributário n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre a legislação Tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.** Disponível em:

<<http://www81.dataprev.gov.br/SISLEX/PAGINAS/42/1996/9430.htm>>. Acesso em: 10 out. 2007.

BRASIL. Lei n. 9.715, de 25 de novembro de 1998. **Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público-PIS/PASEP, e dá outras providências.** Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislação/Leis/Ant2001/lei971598.htm>>. Acesso em: 10 out. 2007.

BRASIL. Lei n. 9.718, de 27 de novembro de 1998. **Altera a Legislação Tributária Federal.** Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/Ant2001/lei971898.htm>> . Acesso em: 22 ago. 2007.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil.** Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/2002/lei10406.htm>> . Acesso em: 22 ago. 2007.

BRASIL. Lei n. 10.637, de 30 de dezembro de 2002. **Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica, sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.** Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/2002/lei10637.htm>> . Acesso em: 22 ago. 2007.

BRASIL. Lei n. 10.684, de 30 de maio de 2003. **Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências.**

Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/2003/lei10684.htm>>. Acesso em: 13 out. 2007.

BRASIL. Lei n. 10.833, de 29 de dezembro de 2003. **Altera a legislação tributária Federal e dá outras providências.** Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/2003/lei10833.htm>>. Acesso em: 13 out. 2007.

BRASIL. Lei n. 10.925, de 23 de julho de 2004. **Reduz as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários e dá outras providências.** Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/2004/lei10925.htm>>. Acesso em: 13 out. 2007.

BRASIL. Lei Complementar n. 70, de 30 de dezembro de 1991. **Institui a contribuição para o financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências.** Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/lcp/lcp70.htm>>. Acesso em: 13 out. 2007.

BRASIL. Lei Complementar n. 104, de 10 de janeiro de 2001. **Altera dispositivos da Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966-Código Tributário Nacional**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp104.htm)>. Acesso em: 22 ago. 2007.

BRASIL. Medida Provisória n. 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. **Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social – COFINS, para os Programas de Integração Social e da Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e do Imposto de Renda, e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/2158-35.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2158-35.htm)>. Acesso em: 13 out. 2007.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE DE ESTUDOS FISCAIS DA REGIÃO CENTRO-SUL. Resolução n. 7 de 7 de fevereiro de 1969. Escritório Augusto Prolik. **Alguns aspectos tributário da construção civil**. Curitiba, 1997. Disponível em: <<http://www.prolik.com.br/atualidades/atualidades/12-97.htm>>. Acesso em: 14 out. 2007.

COSTA, Magnus Amaral da. **Contabilidade da construção civil e atividade imobiliária**. São Paulo: Atlas, 2000.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Direito tributário: para os cursos de Administração e Ciências Contábeis**. 4. ed. São Paulo, 2005.

FACCI, Nilton; ANDRADE, Áurea Aparecida; MELO, Odeir Pereira de. **Planejamento tributário operacional-um estudo quanto às opções tributárias em indústria metalúrgica**. Outubro, 2004. Disponível em: <[http://www.ibpt.com.br/arquivos/artigos/planejamento\\_tributario\\_operacional\\_-\\_um\\_estudo\\_quanto\\_as\\_opcoes\\_tributarias\\_em\\_industria\\_metalurgica.doc](http://www.ibpt.com.br/arquivos/artigos/planejamento_tributario_operacional_-_um_estudo_quanto_as_opcoes_tributarias_em_industria_metalurgica.doc)>. Acesso em: 06 out. 2006.

FACCI, Nilton; MALAVAZI, Aline de Souza; CHIARALO, Cláudia. **Uma pesquisa sobre planejamento tributário em pequenas empresas situadas no município de Maringá, Estado do Paraná**. Março, 2006. Disponível em: <[http://www.ibpt.com.br/arquivos/artigos/artigo\\_nilton,\\_aline,\\_claudia.doc](http://www.ibpt.com.br/arquivos/artigos/artigo_nilton,_aline,_claudia.doc)>. Acesso em: 06 out. 2006.

FACCI, Nilton; OLIVEIRA, Amanda Novaes de. **Um estudo sobre a interdisciplinariedade de conceitos nos processos inerentes ao planejamento tributário**. Março, 2006. Disponível em: <[http://www.ibpt.com.br/arquivos/artigo\\_interdisciplinariedade\\_tributaria.doc](http://www.ibpt.com.br/arquivos/artigo_interdisciplinariedade_tributaria.doc)>. Acesso em: 03 nov. 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Fábio H.; HIGUCHI, Celso H.. **Imposto de renda das empresas – Interpretação e Prática**. 32. ed. São Paulo: IR, 2007.

IBPT (Brasil). **Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário**. Disponível em: <<http://www.ibpt.com.br>> . Acesso em: 21 jan. 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA UNIBAN (Brasil). **Pesquisa quantitativa**. Disponível em: <[http:// http://www.institutodepesquisauniban.org.br/controler.asp?setor=1&acao=quant](http://http://www.institutodepesquisauniban.org.br/controler.asp?setor=1&acao=quant)>. Acesso em: 08 dez. 2007.

LATORRACA, Nilton. **Direito tributário: Imposto de Renda das Empresas**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINEZ, Manuel Perez. **O contador diante do planejamento tributário e da lei antielisiva**. Agosto, 2002. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/.asp?arquivo=20040619elisao>>. Acesso em: 20 set. 2006.

ONO, Juliana; RODRIGUES, Fabio. **Planejamento tributário – lucro presumido, lucro real ou SIMPLES – algumas vantagens e desvantagens**. Disponível em: <[http://www.migalhas.com.br/mostra\\_noticia\\_articuladas.aspx?cod=34478](http://www.migalhas.com.br/mostra_noticia_articuladas.aspx?cod=34478)>. Acesso em: 07 fev. 2007.

RECEITA FEDERAL (Brasil). **Formas de tributação**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 16 dez. 2006.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (Brasil). **Lucro real e lucro presumido**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 31 jan. 2006.